

3^a VARA CÍVEL



206
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 011/2018 - CJCI

COMARCA: Paragominas

PERÍODO: 10 à 14/09/2018

DESEMBARGADOR(A) CORREGEDOR(A): Desa. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

JUIZ(A) CORREGEDOR(A): Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca

JUIZ(A) TITULAR OU DESIGNADO(A) PARA A VARA: Dr. Rogério Tibúrcio de Moraes Cavalcanti

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 3ª Vara Cível

1.2 COMPETÊNCIA: privativa para feitos da infância e juventude, órfãos, interditos e ausentes, além de cartas precatórias relativas às referidas matérias.

1.3 MAGISTRADO(A) E ATO DE DESIGNAÇÃO: Dr. Rogério Tibúrcio de Moraes Cavalcanti, desde 10/05/2017.

1.4 O JUIZ RESPONSÁVEL PELA VARA CUMULOU OUTRA UNIDADE OU EXERCEU OUTRAS ATIVIDADES (MUTIRÃO, GRUPO DE TRABALHO)?

() Sim (x) Não

Observação:

1.5 HÁ MAGISTRADO AUXILIAR? EM CASO POSITIVO, EM QUE PERÍODO?

() Sim (x) Não

Observação:

1.6 HOUVE PERÍODO DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO (EXCETO FÉRIAS, FOLGAS DE PLANTÃO E RECESSO)?

() Sim (x) Não

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS (incluindo disponibilidade e utilização das salas, mobiliário e acessibilidade):

Boas Regulares Ruins

Observações:

01 (uma) sala para a secretaria da vara;

01 (uma) sala para o gabinete do magistrado, com banheiro

01 (uma) sala de audiência;

2.2 LIMPEZA E HIGIENE:

Boas Regulares Ruins

Observações:

3. SERVIDORES (incluindo equipe multidisciplinar, conciliadores e estagiários):

3.1 GABINETE:

Nome: Luiz Paulo Silva Lobato de Menezes

Cargo: Assessor do Juízo – Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: Portaria 2.275/2017 – GP

Nome: Gabriel Mendes dos Santos

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Ato de nomeação: Portaria nº 1.583/12 – GP

Nome: Brenda Matos Cunha

Cargo: Estagiária do TJEPA

3.2 SECRETARIA:

Nome: Viviany Almeida Loureiro

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretora de Secretaria)

Ato de nomeação: Portaria nº 2.418/2010 – GP e Portaria nº 2.523/12-GP



207

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: Joevaldo Mota da Silva

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 1.036/12 – GP

Obs: O servidor encontra-se no gozo de licença saúde.

Nome: Erick José Silva de Souza

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 2.505/15 - GP e Portaria nº 3613/2015 - GP

Nome: Leonardo Vieira Tavares

Cargo: Estagiário do TJEPA

3.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR VINCULADA À VARA

Prejudicado

4. PRODUTIVIDADE QUANTITATIVA DO(A) MAGISTRADO(A)

4.1 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA VARA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS:

JUIZ(A)	ENTRADA	SAÍDA
01 Tarsila Maria Souza De Campos	01/02/15	28/06/15
02 Geraldo Neves Leite	28/06/15	21/07/15
03 César Leandro Pinto Machado	22/07/15	26/07/15
04 César Leandro Pinto Machado	11/08/15	14/08/15
05 César Leandro Pinto Machado	01/09/15	30/09/15
06 Gisele Mendes Camarço Leite	01/12/15	02/12/15
07 Cristiano Magalhães Gomes	07/12/15	11/12/15
08 Gisele Mendes Camarço Leite	12/12/15	18/12/15
09 Rachel Rocha Mesquita Da Costa	01/02/16	01/03/16
10 Rachel Rocha Mesquita Da Costa	02/03/16	11/04/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

11 José Jocelino Rocha	11/04/16	10/05/2017
12 Rogério Tibúrcio de Moraes Cavalcanti	10/05/2017	-
4.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELO(A) MAGISTRADO(A)		
2017:		
Despacho: 822		
Decisão: 187		
Sentença: 300		
Audiências:		
<ul style="list-style-type: none">• Marcadas: 66• Realizadas: 536• Remarcadas: 69		
2018 (até a correição):		
Despacho: 407		
Decisão: 138		
Sentença: 185		
Audiências:		
<ul style="list-style-type: none">• Marcadas: 50• Realizadas: 310• Remarcadas: 27		
5. GABINETE DA VARA		
5.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELO GABINETE? Libra		
5.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DO GABINETE POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?		
(x) Sim () Não		



208

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação:

5.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. - ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?

Bom Regular Ruim

Observações:

5.4 O GABINETE USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?

Sim Não

Observação:

5.5 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00

5.6 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE DESPACHO OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 11, sendo a mais antiga datada de 04/09/2018.

5.7 QUANTIDADE DE PETIÇÕES PENDENTES DE DECISÃO RELATIVAS A TUTELAS DE URGÊNCIA (TUTELA ANTECIPADA, LIMINAR ETC.). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00

5.8 QUANTIDADE DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA): 05, sendo o mais antigo datado de 06/04/2018

5.9 QUANTIDADE TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA): 16, sendo o mais antigo datado de 06/04/2018

5.10 SÃO OBSERVADOS OS PRAZOS LEGAIS PARA A PRÁTICA DE DESPACHOS, DECISÕES E SENTENÇAS?

Sim Não

Observação:

<p>6.11 HÁ CONTROLE DE PRAZO PRESCRICIONAL?</p> <p>() Sim (x) Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.12 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS NO GABINETE HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação: Há 02 (dois) feitas nesta condição, mas em razão de tratarem-se de feitos de alta complexidade.</p>
<p>6.13 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.1 SECRETARIA DA VARA</p>
<p>6.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA? Libra</p>
<p>6.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. - ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?</p> <p>(x) Bom () Regular () Ruim</p> <p>Observações:</p>
<p>6.4 A SECRETARIA USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.5 A SECRETARIA CUMPRE OS PRAZOS PROCESSUAIS (ESPECIFICAR)?</p>

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



<p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.6 A SECRETARIA CONTROLA OS PRAZOS PRESCRIONAIS?</p> <p>() Sim (x) Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.7 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS EM SECRETARIA PELO NÃO CUMPRIMENTO DE DESPACHO, DECISÃO OU SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)?</p> <p>() Sim (x) Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.8 EXISTEM PROCESSOS PRONTOS PARA CONCLUSÃO EM SECRETARIA, MAS QUE NÃO FORAM ENCAMINHADOS AO GABINETE ("PRÉ-CONCLUSÃO")?</p> <p>() Sim (x) Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.9 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS (INCLUSIVE COM A APOSIÇÃO DE ETIQUETAS COLORIDAS NOS AUTOS)?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Obs: Os processos da unidade estão identificados com tarjetas coloridas fixadas na lateral dos autos nas seguintes cores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verde: situação de risco; • Vermelhas: ato infracional; • Roxo: interdição; • Laranja: execução de medida socioeducativa; • Azul: adoção; • Azul claro: habilitação para adoção; <p>Também existem processos identificados com filhos coloridos fixados no <i>clit</i> <i>telos</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verde: menores acolhidos;

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

• Vermelho: adolescentes internados provisoriamente.		
6.10 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE AUTUAÇÃO E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00		
6.11 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE JUNTADA E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 55, sendo a mais antiga datada de 17/08/2018.		
6.12 HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO PARA SERVIDORES? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Observação:		
6.13 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA (ESPECIFICAR)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Existem 06 (seis) feitos nesta condição. O referido procedimento é realizado ao final de cada mês.		
6.14 A PUBLICAÇÃO E A CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Semanalmente		
6.15 A SECRETARIA CUMPRE O MANUAL DE ROTINAS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação:		
6.16 MANDADOS PENDENTES COM OFICIAL DE JUSTIÇA		
Nome	Quantidade	Data mais antiga
Relatório em anexo		
6.17 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS MANDADOS COM PRAZO DE CUMPRIMENTO EXTRAPOLADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação:		
6.18 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		



210

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

	Quantidade	Carga Mais Antiga
Ministério Público	03	03/07/2018
Procuradores	-	-
Defensoria Pública	01	20/07/2018
Advogado particular	-	-
Delegacia de Polícia	-	-
Perito	-	-
Unaj	-	-
Outros	03	06/09/2013
Total	07	-

6.19 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(x) Sim () Não

Observação:

7. AUDIÊNCIA

7.1 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS NO SISTEMA?

(x) Sim () Não

Observação:

7.2 DATA DA ÚLTIMA AUDIÊNCIA PAUTADA? 01/11/2018

7.3 AS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS, EM REGRA, EM QUAIS DIAS DA SEMANA? De terça à quinta, restando as segundas e sextas para as urgências.

7.4 QUANTAS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS POR DIA, EM MÉDIA? 04
(quatro)

7.5 OS MOTIVOS DA NÃO REALIZAÇÃO OU REMARCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS SÃO REGISTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

(x) Sim () Não

Observação:

7.6 OS TERMOS DE AUDIÊNCIA SÃO FINALIZADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Observação:

7.7 OS DESPACHOS, AS DECISÕES E AS SENTENÇAS PROFERIDOS EM AUDIÊNCIA SÃO CADASTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Observação: apenas as decisões e sentenças, os despacho ficam registrados apenas na ata de audiência acompanhada.

7.8 HÁ CONTROLE FÍSICO DA PAUTA DE AUDIÊNCIA (ESPECIFICAR)?

(x) Sim () Não

Observação: através de uma agenda física

8. ACERVO PROCESSUAL (efetuar contagem física dos processos em Gabinete e Secretaria, conforme a classificação abaixo)

8.1 CÍVEIS (EXCETO LEI 9.099/1995, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS)	QUANTIDADE
Meta 1 (ano anterior ao da correição)	110
Meta 2	01
Meta 4	-
Meta 6	-
Ações civis públicas, exceto improbidade administrativa	-
Execução fiscal	-
Demais processos cíveis (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei	44



211
28

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

9.099/1995, infância e juventude e cartas precatórias)	
Reclamação (Lei nº 9.099/1995)	-
8.2 CRIMINAIS (EXCETO LEI 9.099/1995 E CARTAS PRECATÓRIAS)	QUANTIDADE
Meta 1 (ano anterior ao da correição)	-
Meta 2	-
Meta 4	-
Tribunal do Júri	-
Violência doméstica e familiar	-
Execução penal	-
Demais processos criminais (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei 9.099/1995 e cartas precatórias)	-
Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO'S)	-
8.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE	QUANTIDADE
Ato infracional	109
Situação de risco (art. 98 da Lei 8.069/1990, exceto ato infracional)	35
Guarda	12
Tutela	01
Adoção	22
Execução de medidas socioeducativas	110
8.4 CARTAS PRECATÓRIAS (EXCETO PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS)	QUANTIDADE
Precatórias cíveis	-
Precatórias criminais	-
Precatórias infância e juventude	04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

8.5 TOTAL DA CONTAGEM FÍSICA	448 + 07 (tramitação externa) = 455	
8.6 TOTAL DO ACERVO NO LIBRA	Acervo total: 483 Acervo ativo: 355	
8.7 TOTAL DO ACERVO NO PROJUDI	-	
8.7 TOTAL DO ACERVO NO PJE	-	
9. METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		
9.1 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 1 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Ano	Ações distribuídas	Ações julgadas
2015	230	242 (META CUMPRIDA)
2016	292	263 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	292	251 (META NÃO CUMPRIDA)
9.2 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 2 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Acervo: 02		
Alvo: 02		
Sentenças: 01		
Grau de cumprimento da meta: 62,50%		
Necessidade de julgamento: 01		
<u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
9.3 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 4 (DADOS DA		



212

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA) Prejudicado		
9.4 CUMPRIMENTO DA META 5 Observações: Prejudicado		
9.5 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 6 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA) Prejudicado		
10. BANCO DE DADOS DO CNJ		
Banco de dados	Sim	Não
Sistema Nacional de Bens Apreendidos	x	
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa	-	-
Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas	-	-
Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	-	-
Cadastro de Adolescente em Conflito com a Lei	x	
Cadastro Nacional de Adoção	x	
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas	x	
Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	-	-
Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução 137 do CNJ) / Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (em implantação)	-	-
Sistac	-	-
Infoseg	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Infojud	-	-
Bacenjud	-	-
Renajud	-	-
11. INFÂNCIA E JUVENTUDE		
11.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS APÓS SENTENÇA: 30		
11.2 HÁ AVALIAÇÃO SEMENTRAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM EXECUÇÃO? Sim		
11.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE (ESPECIFICAR SE HÁ INTERNAÇÃO POR MAIS DE 45 DIAS): 01, mas que está internado há menos de 45 dias		
11.4 HÁ PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA PENDENTES DE ANÁLISE? () Sim (x) Não Observação:		
11.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO: 25		
11.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA (INDICAR SE HÁ EQUIPE INTERDISCIPLINAR ADEQUADA)? () Sim (x) Não Observação: são realizadas pelo CREAŞ.		
11.7 AS CÓPIAS DAS GUIAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA OU DE EXECUÇÃO SÃO ENCAMINHADAS AO ÓRGÃO GESTOR DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO, DEVIDAMENTE INSTRUÍDAS? Sim		
11.8 HÁ UNIDADE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, BEM COMO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE NA COMARCA? COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO A ESSAS UNIDADES? Não há		



213
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

unidade de internação na Comarca. No caso de internação, provisória ou definitiva, os menores são encaminhados a Região Metropolitana de Belém ou para a Comarca de Marabá.

Entretanto, há unidade de acolhimento, qual seja, o Abrigo Municipal de Crianças e Adolescente de Paragominas.

12. TRIBUNAL DO JÚRI

12.1 QUANTIDADE DE JÚRIS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 24 MESES

Prejudicado

12.2 QUANTIDADES DE JÚRIS REMARCADOS OU ADIADOS (ESPECIFICAR MOTIVOS)

Prejudicado

13. PRESOS PROVISÓRIOS

13.1 QUANTIDADE DE PRESOS PROVISÓRIOS

Prejudicado

13.2 A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS COM PRESOS PROVISÓRIOS ESTÁ REGULAR?

() Sim () Não

Observação:

Prejudicado

13.3 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 87/2009-CNJ?

() Sim () Não

Observação:

Prejudicado

14 EXECUÇÃO PENAL

14.1 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO À COMARCA (INFORMAR SE A UNIDADE PRISIONAL ESTÁ INTERDITADA E COM



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

QUE FREQUENCIA É REALIZADA INSPEÇÃO)?	() Sim () Não	Observações:	Prejudicado
14.2 A COMARCA É POLO DE EXECUÇÃO PENAL (EM CASO POSITIVO, ESPECIFICAR QUAIS COMARCAS ABRANGE; EM CASO NEGATIVO, INDICAR A QUAL COMARCA POLO A UNIDADE ESTÁ VINCULADA)?	() Sim () Não	Observações:	Prejudicado
14.3 HÁ PROCESSOS SENTENCIADOS SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO SENTENCIANTE?	() Sim () Não	Observações:	Prejudicado
14.4 AS GUIAS DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO (DEFINITIVAS OU PROVISÓRIAS) SÃO CERTIFICADAS NOS AUTOS E ENCAMINHADAS AO EXECUTADO, AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL E À UNIDADE DE CUSTÓDIA, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS?	() Sim () Não	Observações:	Prejudicado
14.5 O CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE PENA, HOMOLOGADO POR DECISÃO JUDICIAL, É ENCAMINHADO À UNIDADE EM QUE O RÉU SE ENCONTRA CUSTODIADO/INTERNADO?	() Sim () Não	Observações:	Prejudicado
14.6 HÁ PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?			



214
B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

<p>() Sim () Não</p> <p>Observação: .</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.7 O ATESTADO DE PENA A CUMPRIR É EXPEDIDO ANUALMENTE?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.8 HÁ CONTROLE INDIVIDUALIZADO DE PRAZO PARA BENEFÍCIO PENAL (INDICAR SE HÁ PEDIDO DE BENEFÍCIO PENDENTE DE APRECIÇÃO)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.9 A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, TRANSITADA EM JULGADO, É COMUNICADA À JUSTIÇA ELEITORAL?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.10 OS PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL ESTÃO ORGANIZADOS?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.11 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p> <p>Prejudicado</p>
<p>14.12 A UNIDADE UTILIZA O SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL - SEUU?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Observação:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Prejudicado		
15 PRECATÓRIAS		
15.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS PELO JUÍZO DEPRECADO: 12		
15.2 HÁ CONTROLE DE PRAZO E COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS PRECATÓRIAS PELO JUÍZO DEPRECADO? (x) Sim () Não Observação:		
16. ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS (RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI, 04/2014-CJCI E 03/2017-CJCI)		
16.1 AS ARMAS E OS DEMAIS BENS APREENDIDOS ESTÃO REGISTRADOS NOS AUTOS E CADASTRADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO PROCESSUAL DO TJPA? (x) Sim () Não Observação:		
16.2 HÁ LOCAL ADEQUADO PARA A GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? (x) Sim () Não Observação: ficam na sala das armas do Fórum.		
16.3 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS		
Bem	Processo	Partes
Relatório em anexo		
16.4 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS (ESPECIFICAR SE FOI SOLICITADO O RECOLHIMENTO)? (x) Sim () Não		



215
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação: A unidade já solicitou o recolhimento.

16.5 O DISPOSTO NO ART. 7º DO PROVIMENTO Nº 03/2017-CJCI É CUMPRIDO?

Sim Não

Observação:

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL?

Sim Não

Observação:

17.2 O SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ É UTILIZADO?

Sim Não

Observação:

17.3 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Observação: Relatório em anexo.

18. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

18.1 PROMOTOR DE JUSTIÇA

Nome: Carlos Lamarck Magno Barbosa

Início da atuação: desde 14/10/2016

Nome: Andressa Érica Ávila Pinheiro

Início da atuação: desde 10/07/2018

Nome: Aline Neiva Alves da Silva

Início da atuação: desde 13/06/2018



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

18.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA?

(x) Sim () Não

Observação: A Dra Andressa Érica Ávila Pinheiro cumula com a PJ de Mãe do Rio e a Dra. Aline Neiva Alves da Silva cumula com a PJ Eleitoral.

18.3 DEFENSOR PÚBLICO

Nome: Maurício Pereira dos Santos

Início da atuação: desde 2010

Nome: Diogo Marcell S. Nascimento Eluan

Início da atuação: desde 2014

Nome: Liane Benchimol de Matos Albano

Início da atuação: desde 06/2018

Nome: Ursula Dini Mascarenhas

Início da atuação:

18.4 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA?

(x) Sim () Não

Observação: O Dr. Diogo Marcell S. Nascimento Eluan cumula com a Comarca de Ipixuna do Pará e a Dra. Ursula Dini Mascarenhas responde pela Coordenação da Regional do Rio Capim na ausência de defensores nomeados para as seguintes comarcas: Dom Eliseu, Ulianópolis, Ipixuna do Pará, Aurora do Pará, Mãe do Rio, São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará, Irituíia, Capitão Poço e Tome-açu. Atuando, no momento nas comarcas de: Aurora do Pará, Mãe do Rio, São Miguel do Guamá e Santa Maria do Pará.)

19. INFRAESTRUTURA

19.1 QUALIDADE DO ACESSO À INTERNET (MENCIONAR A QUANTIDADE E A SUFICIÊNCIA DE PONTOS DE REDE)



216

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

() Bom (x) Regular () Ruim

Observação:

19.2 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DISPONÍVEIS:

Secretaria:

Computador: 04

Impressora: 02

Scanner: 01, mas que se encontra em manutenção

Leitor óptico: 02

Gabinete:

Computador: 03

Impressora: 02

Scanner: 01

Leitor óptico: 00

Obs: Há necessidade do envio de 04 (quatro) leitores para a unidade, sendo 02 (dois) para a secretaria e 02 (dois) para o gabinete do magistrado.

22. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

22.1 QUAL O RAMAL DO TELEFONE DA VARA (INFORMAR SE ESTÁ FUNCIONANDO)?

Secretaria: (91) 3729-9709

Gabinete: (91) 3729-9714

Obs: Os telefones estão em funcionamento.

22.2 QUAL O E-MAIL DA VARA E O RESPONSÁVEL PELA SUA VERIFICAÇÃO (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)?

3civelparagominas@tjpa.jus.br. A Diretora de secretaria verifica diariamente, mas todos os servidores possuem acesso ao mesmo.

22.3 QUEM É O RESPOSNÁVEL PELO MALOTE DIGITAL (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)? A Diretora de Secretaria acessa o malote digital



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

diariamente.

23. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA

A secretaria vem conseguindo cumprir seu desiderato de atenção especial e celeridade em relação à infância e juventude e aos interditos. Conta com servidores comprometidos e embora conste 3 servidores lotados na secretaria um deles está em licença por motivo de saúde. Um servidor a menos muda um pouco o ritmo de trabalho, de modo que em casos de acolhimento institucional de muitas crianças e apreensão de vários adolescentes a vara precisa trabalhar com exclusividade para atender essas demandas observando o cumprimento dos prazos legais relegando as outras urgências a um segundo plano até o desenrolar da situação.

24. CONSIDERAÇÕES DO(A) JUIZ(A):

Não foram feitas considerações.

25. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SECRETARIA

A 3ª Vara cível de Paragominas tem competência privativa para feitos da Infância e Juventude, interditos, órfãos e ausentes, além de receber cartas precatórias dos feitos afetos à sua competência.

É Juiz titular da unidade judiciária o Dr. Rogério Tibúrcio de Moraes Cavalcanti, desde 10/05/2017.

De acordo com a contagem física, havia 448 (quatrocentos e quarenta e oito) processos mais 07 (sete) com tramitação externa, totalizando 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) feitos.

O sistema Libra apontava 483 (quatrocentos e oitenta e três) processos do acervo total e 355 (trezentos e cinquenta e cinco) processos do acervo ativo, havendo, portanto, divergência.

Os processos se encontram acondicionados em armários de madeira, em caixas



217
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

identificadas, e tramitam, internamente, por fase processual.

A secretaria encontra-se organizada e os feitos possuem tramitação regular.

Não há processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, aguardando cumprimento de despacho e/ou decisão judicial.

Os feitos se encontram identificados com tarjas coloridas, fixadas na lateral dos autos, nas seguintes cores:

- Verde: situação de risco;
- Vermelhas: ato infracional;
- Roxo: interdição;
- Laranja: execução de medida socioeducativa;
- Azul: adoção;
- Azul claro: habilitação para adoção;

Existem também processos identificados com fitilhos coloridos fixados no *clie telos*:

- Verde: menores acolhidos;
- Vermelho: adolescentes internados provisoriamente.

No momento da correição, existiam 55 (cinquenta e cinco) petições intermediárias pendentes de juntada, sendo a mais antiga datada de 17/08/2018.

Havia ainda 06 (seis) feitos pendentes de baixa/arquivamento, em razão de o referido procedimento ser realizado somente ao final de cada mês.

A publicação da resenha é feita semanalmente e a unidade cumpre o manual de rotinas.

Durante a correição, observou-se a necessidade do envio de 04 (quatro) leitores para a unidade, sendo 02 (dois) para a secretaria e 02 (dois) para o gabinete do magistrado.

A unidade deve envidar esforços para dar cumprimento às Metas 1 e 2, do Conselho Nacional de Justiça.

Com relação à Meta 1, foi cumprida no ano de 2015, no entanto, não foi cumprida nos anos de 2016 e 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

No que concerne à Meta 2 do CNJ, a unidade alcançou grau de cumprimento no percentual de 62,50%, pendente o julgamento de 01 (um) processo para o alcance da Meta. Meta não cumprida.

Havia 03 (três) processos com carga para o MP, desde 03/07/2018, 01 (um) com a Defensoria Pública, desde 20/07/2018 e 03 (três) com outros, desde 06/09/2013.

Havia um mandado com carga em aberto a Oficial de Justiça, desde 19/07/2018.

Havia 06 (seis) processos finalizados, pendentes de baixa/arquivamento, sendo que o procedimento é realizado ao final de cada mês.

Existia um processo com depósito judicial sem movimentação há mais de três anos.

Havia 01 (um) adolescente internado provisoriamente, mas dentro do prazo legal de 45 (quarenta e cinco) dias, e 25 (vinte e cinco) cumprindo medida socioeducativa diversa da internação, fiscalizada pelo CREAS.

Não há unidade de internação na Comarca de Paragominas. Em caso de internação, os adolescentes são encaminhados para a região metropolitana de Belém ou para a Comarca de Marabá.

A Secretaria não adota mecanismo de controle de prazo prescricional.

Existe uma Casa de acolhimento de crianças e adolescentes, que é Abrigo municipal, visitado, durante a Correição, pela Desembargadora Corregedora e pela equipe da Correição.

GABINETE

Estão lotados no Gabinete um assessor jurídico, exclusivamente comissionado, um analista judiciário e uma estagiária de Direito do TJPA.

Os processos se encontram acondicionados em armários e tramitam internamente por fase processual, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo novo CPC.

No momento da correição, existiam 16 (dezesesseis) feitos conclusos em gabinete, sendo 05 (cinco) para a prolação de sentenças, sendo o mais antigo datado de 06/04/2018 e 11 (onze) petições intermediárias, pendentes de despacho/decisão, sendo a mais antiga datada de 04/09/2018.



218

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Verificou-se que, em regra, o Magistrado da unidade observa os prazos legais para a prática de despachos, sentenças e decisões, existindo apenas 02 (dois) processos paralisados em gabinete há mais de 100 (cem) dias, tratando-se de feitos que envolvem matéria de alta complexidade.

As audiências são gravadas através do sistema Kenta. São realizadas, em regra, de terça a quinta, 04 por dia, restando vagas às segundas e às sextas para urgências.

A última data agendada para audiência era 01/11/2018.

RECOMENDAÇÕES PARA O DIRETOR DE SECRETARIA.

- 1) Dar prioridade aos processos da Meta 2 do CNJ, devendo informar à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para o cumprimento;
- 2) Proceder a juntada, aos autos correspondentes, com alimentação no Sistema, das petições intermediárias, informando à CJCI, a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3) Cobrar do Oficial de Justiça o mandado com carga em aberto há mais de 60 dias, e utilizar ferramenta no Sistema, de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, através do Sistema, devendo informar a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4) Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga além do prazo, ao MP, à Defensoria Pública e outros, e realizar cobrança periódica dos processos fora da Secretaria, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, com adoção de ferramenta de controle no Sistema, devendo informar o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5) Verificar a necessidade de movimentação de subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, e proceder a movimentação, devendo informar, a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 6) Proceder a baixa e arquivamento dos processos sentenciados e não arquivados, para se evitar taxa irreal de congestionamento na Vara, devendo informar, a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 7) Realizar resenhas diariamente, ou sempre que houver ato judicial a ser publicado,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

com informação à CJCI, no prazo de 30 dias, sobre a providência adotada.

RECOMENDAÇÕES PARA O MAGISTRADO

- 1) Despachar/sentenciar os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, devendo informar à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para o cumprimento da recomendação;
- 2) Despachar/sentenciar os processos incluídos na meta 2 do CNJ, objetivando o cumprimento, devendo informar à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para o cumprimento da recomendação;
- 3) Empreender esforços para o cumprimento da Meta 1 do CNJ;
- 4) Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria na cobrança de devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, Defensoria Pública e outros, com adoção de ferramenta de controle de prazo no Sistema, devendo informar a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5) Verificar, junto com o Diretor de Secretaria, a necessidade de movimentação de subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, e providenciar a movimentação, devendo informar, a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

PROVIDÊNCIAS CJCI

Solicitar, ao Setor competente do TJPA, 04 (quatro) leitores ópticos para a Vara, sendo 02 (dois) para o gabinete e 02 (dois) para a secretaria.

Paragominas, 14 de setembro de 2018.

Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

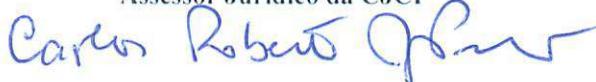

Dra Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da CJCI




219
28

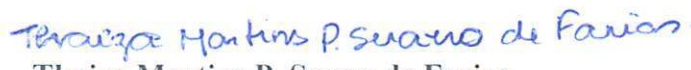
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR


Aurélio Carlos Monteiro Coutinho
Assessor Jurídico da CJCI



Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Assessor Jurídico da CJCI


Jaime Dias Lima
Assessor Jurídico da CJCI


Thaiza Martins P. Suano de Farias
Assessora Jurídica da CJCI

246
6

VARA CRIMINAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

247
6

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara Criminal

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 11/2018- CJCI

COMARCA: Paragominas

PERÍODO: 10 a 14/09/2018

DESEMBARGADOR(A) CORREGEDOR(A): Desa Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

JUIZ(A) CORREGEDOR(A): Dra Mônica Maciel Soares Fonseca

JUIZ(A) TITULAR OU DESIGNADO(A) PARA A VARA: Dr. David Guilherme de Paiva Albano

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Criminal

1.2 COMPETÊNCIA: feitos de natureza penal (Juízo Singular, Tribunal do Júri – crimes dolosos contra a vida e Execução Penal).

1.3 MAGISTRADO(A) E ATO DE DESIGNAÇÃO: Dr. David Guilherme de Paiva Albano, Juiz de Direito Titular, removido para Vara Criminal da Comarca de Paragominas em 23 de maio de 2018, conforme edição do Diário de Justiça Eletrônico nº 6431/208, quinta-feira, 24 de maio de 2018, páginas 46 e 47.

1.4 O JUIZ RESPONSÁVEL PELA VARA CUMULOU OUTRA UNIDADE OU EXERCEU OUTRAS ATIVIDADES (MUTIRÃO, GRUPO DE TRABALHO?)

() Sim (x) Não

Observação:

1.5 HÁ MAGISTRADO AUXILIAR? EM CASO POSITIVO, EM QUE PERÍODO?

() Sim (x) Não

Observação:

1.6 HOUVE PERÍODO DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO (EXCETO FÉRIAS, FOLGAS DE PLANTÃO E RECESSO)?

() Sim (x) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação:

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS (incluindo disponibilidade e utilização das salas, mobiliário e acessibilidade):

Boas Regulares Ruins

Observações:

01 (uma) sala para a secretaria da vara;

01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro;

01 (uma) sala de audiências.

2.2 LIMPEZA E HIGIENE:

Boas Regulares Ruins

Observações:

3. SERVIDORES (incluindo equipe multidisciplinar, conciliadores e estagiários):

3.1 GABINETE

Nome: Soraya Hitomy Rodrigues Kyushima

Cargo: Assessora do Juízo – Exclusivamente comissionada

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 2353/2018-GP

Nome: Emercina Baibina de Almeida – Cedida pela prefeitura municipal de Paragominas

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Paragominas – concursadas - auxiliar de serviços gerais

Ato de nomeação: Portaria nº 082/2004 - PM

Nome: Victor Assunção Ribeiro

Cargo: estagiário

Ato de nomeação/lotação: desde 02/10/2017

3.2 SECRETARIA:



248/0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: Pollyana Braz Bezerra Cavalcanti

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretora de Secretaria)

Ato de nomeação: Portaria Nº 3.186/2011-GP

Nome: Renata do Socorro Batista Sepeda

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 3.953/2016-GP

Nome: Rafaelle Rocha Leal Moreira

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 3696/2018 - GP.

Nome: Shirley Andrey Lima da Silva

Cargo: Auxiliar Judiciária

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 3.869/2012-GP

Nome: Werlem Afonso Pinto do Carmo

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 1.822/2013-GP

Nome: Josiel Cordeiro de Oliveira

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 5224/2017- GP.

Nome: Aldilene Oliveira da Silva – Cedida pela prefeitura municipal de Paragominas

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Paragominas - concursada - auxiliar de serviços gerais

Ato de nomeação: Portaria nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: Jéssica da Rocha Zoppé Brandão

Cargo: estagiária

Ato de nomeação/lotação: desde 15/01/2018

3.2 EQUIPE MULTIDISPLINAR VINCULADA À VARA- NÃO EXISTE.

Prejudicado

4. PRODUTIVIDADE QUANTITATIVA DO(A) MAGISTRADO(A)

4.1 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA VARA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS:

JUIZ (A)	ENTRADA	SAÍDA
01. Tarcila Maria Souza de Campos	10/06/2014	
02. Rafael do Vale Souza		
03. Alexandre Hiroshi Arakaki	23/08/2016	19/04/2017
04. Ana Louise Ramos dos Santos	20/04/2017	05/08/2017
05. José Jocelino Rocha	07/08/2017	03/2018
06. Wander Luis Bernardo	03/2018	05/2018
07. David Guilherme de Paiva Albano	23/05/2018	-

4.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELO(A) MAGISTRADO(A)

2017:

Despacho: 1.390

Decisão: 1.882

Sentença: 523

Tribunal do Júri: 15

Audiências:

- Marcadas: 616
- Realizadas: 827
- Remarcadas: 2



249

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2018 (até a correção):

Despacho: 1.495

Decisão: 1.534

Sentença: 251

Tribunal do Júri: 08

Audiências:

- Marcadas: 247
- Realizadas: 387
- Remarcadas: 0

5. GABINETE DA VARA

5.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELO GABINETE? Libra

5.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DO GABINETE POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Observação:

5.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. – ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?

(x) Bom () Regular () Ruim

Observações:

5.4 O GABINETE USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?

(x) Sim () Não

Observação:

5.5 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00
5.6 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE DESPACHO OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 818
5.7 QUANTIDADE DE PETIÇÕES PENDENTES DE DECISÃO RELATIVAS A TUTELAS DE URGÊNCIA (TUTELA ANTECIPADA, LIMINAR ETC.). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00
5.8 QUANTIDADE DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA): 105 (cento e cinco), sendo o mais antigo datado de 06/05/2014.
5.9 QUANTIDADE TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA): 923, sendo o mais antigo datado de 06/05/2014
5.10 SÃO OBSERVADOS OS PRAZOS LEGAIS PARA A PRÁTICA DE DESPACHOS, DECISÕES E SENTENÇAS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Observação:
5.11 HÁ CONTROLE DE PRAZO PRESCRICIONAL? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Observação:
5.12 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS NO GABINETE HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Em razão da unidade ter ficado sem juiz titular por mais de 01 (um) ano. O atual Magistrado requereu a designação de Juiz Auxiliar logo que assumiu a Vara, mas o pedido foi indeferido (PA-REQ-2018/09328). Cabe ressaltar que há um procedimento para criação da Vara de Execução Penal e de Competência de Crimes dolosos contra a vida e Violência Doméstica (PA-OFI-2018/04662).
5.13 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS?



250

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Observação: Os feitos detentores de prioridade legal ficam separados fisicamente dos demais feitos.</p>
<p>6.1 SECRETARIA DA VARA</p>
<p>6.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA? Libra</p>
<p>6.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. – ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim</p> <p>Observações: De maneira geral a secretaria é bem organizada. Os processos são acondicionados em armários e separados em caixas de acordo com a fase processual.</p>
<p>6.4 A SECRETARIA USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Observação:</p>
<p>6.5 A SECRETARIA CUMPRE OS PRAZOS PROCESSUAIS (ESPECIFICAR)?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>Observação: Em razão da Vara Criminal de Paragominas possuir acervo de cerca de 6.500 (seis mil e quinhentos) feitos, ter competência para processar e julgar todos os feitos de natureza criminal, além de elevado número de presos provisórios e condenados. Entretanto, a secretaria vem envidando esforços para dar cumprimento à demanda acumulada, circunstância que levou a movimentação de mais 3.000 (três mil) feitos nos últimos 100 (cem) dias.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

6.6 A SECRETARIA CONTROLA OS PRAZOS PRESCRIONAIS?

() Sim (x) Não

Observação: Em razão da enorme demanda processual e grande quantidade de processos envolvendo presos provisórios e condenados, além dos feitos urgentes.

6.7 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS EM SECRETARIA PELO NÃO CUMPRIMENTO DE DESPACHO, DECISÃO OU SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)?

(x) Sim () Não

Observação: Em razão da enorme demanda processual e grande quantidade de processos envolvendo presos provisórios e condenados, além dos feitos urgentes. Ressalte-se nos últimos 100 (cem) dias, a unidade movimentou mais de 3.000 (três mil) processos e vem envidando esforços constantes para dar cumprimento à demanda acumulada, inclusive com realização de mini mutirões.

6.8 EXISTEM PROCESSOS PRONTOS PARA CONCLUSÃO EM SECRETARIA, MAS QUE NÃO FORAM ENCAMINHADOS AO GABIENTE (“PRÉ-CONCLUSÃO”)?

() Sim (x) Não

Observação:

6.9 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS (INCLUSIVE COM A APOSIÇÃO DE ETIQUETAS COLORIDAS NOS AUTOS)?

(x) Sim () Não

Observação:

1. Os processos da unidade são identificados com fitilhos coloridos fixados nos *clie telos* dos autos, nas seguintes cores:

- Verde: crimes dolosos contra a vida;
- Amarela: decretação de prisão preventiva;
- Rosa claro: crimes sexuais;
- Vermelho: réus presos;
- Laranja: presos por outro processo;



25/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- Azul claro: cartas precatórias;
- Lilás: violência doméstica;

Obs1: Os processos de idosos ficam identificados com etiqueta rosa (maior de 65 anos) fixada na capa dos autos e encontram-se tramitando em caixas separadas dos demais feitos.

Obs2: Os processos de crimes sexuais são identificados com etiquetas fixadas na capa dos autos (crime sexual).

Obs3: Os processos de meta 02 e 04, do Conselho Nacional de Justiça, estão identificados com etiquetas fixadas nas laterais dos autos. Os feitos de meta 04 encontram-se tramitando separados dos demais, mas os de meta 02 tramitam em conjunto.

2. Os feitos de execução penal são identificados nas seguintes cores:

- Vermelha: regime fechado;
- Azul escuro: semiaberto;
- Verde: livramento condicional;
- Preto: foragidos.

Obs: Os condenados em regime aberto não possuem fitilhos de identificação.

6.10 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE AUTUAÇÃO E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: DATA MAIS ANTIGA: 04, sendo a última datada de 27/08/2018.

6.11 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE JUNTADA E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 792

6.12 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00

6.13 HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO PARA SERVIDORES?

(x) Sim () Não

Observação: Curso de execução penal.

6.14 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA (ESPECIFICAR)?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Observação: Existem cerca de 91 (noventa e um) feitos na referida condição. As baixas/arquivamento da unidade são realizadas sempre na última semana de cada mês.		
6.15 A PUBLICAÇÃO E A CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? 01 (uma) vez por semana, com exceção dos feitos que possuem presos provisórios, que são publicados diariamente.		
6.16 A SECRETARIA CUMPRE O MANUAL DE ROTINAS?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Observação:		
6.17 MANDADOS PENDENTES COM OFICIAL DE JUSTIÇA		
Nome	Quantidade	Data mais antiga
Relatório em anexo.		
6.18 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS MANDADOS COM PRAZO DE CUMPRIMENTO EXTRAPOLADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Observação:		
6.19 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		
	Quantidade	Carga Mais Antiga
Ministério Público	513	10/01/2013 RETIFICAR- ERRO NO SISTEMA
Procuradores	0	-
Defensoria Pública	65	18/01/2013 RETIFICAR- ERRO NO SISTEMA
Advogado particular	01	31/08/2018
Delegacia de Polícia	08	18/07/2018



252

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Perito	0	-
Unaj	0	-
Outros	*103	-
Total	670	

*Quanto ao relatório de processos não devolvidos, a Diretora de Secretaria identificou que havia cartas precatórias e processos de execução penal antigos que haviam sido remetidos a outra comarca, porém, não tinha sido corretamente arquivado no Libra, ocasião em que realizou o arquivamento dos feitos, após análise detida da situação processual no Libra. Identificou também um tipo de “cadastro de Movimentação Interna” de processos tramitados em 2007, pendente de recebimento, porém todos os casos encontram-se em suspensão prescricional, tendo também realizado as correções no sistema.

6.20 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

Sim Não

Observação: Efetuamos rotineiramente a cobrança dos processos em carga com advogado. Processos de réus presos com carga ao Ministério Público e Defensoria Pública com prazos extrapolados também são cobrados rotineiramente. Quanto aos processos de réus soltos, sempre que identificamos prazo extrapolado de Inquéritos Policiais remetidos para diligências é oficiado a Delegacia de Polícia para devolução, bem como os processos com vista ao Ministério Público e Defensoria pública, sempre que identificamos uma demora demasiada, efetuamos a cobrança.

7. AUDIÊNCIA

7.1 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS NO SISTEMA?

Sim Não

Observação:

7.2 DATA DA ÚLTIMA AUDIÊNCIA PAUTADA? 07/11/2018

7.3 AS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS, EM REGRA, EM QUAIS DIAS DA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SEMANA? Às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras. Há audiências de custódia todos os dias da semana. Uma vez no mês são realizadas audiências de suspensão condicional do processo.

7.4 QUANTAS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS POR DIA, EM MÉDIA?

05 (cinco). No entanto, quando são designadas audiências de suspensão condicional do processo ocorrem, em média, 30 (trinta).

7.5 OS MOTIVOS DA NÃO REALIZAÇÃO OU REMARCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS SÃO REGISTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Observação:

7.6 OS TERMOS DE AUDIÊNCIA SÃO FINALIZADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Observação:

7.7 OS DESPACHOS, AS DECISÕES E AS SENTENÇAS PROFERIDOS EM AUDIÊNCIA SÃO CADASTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Observação:

7.8 HÁ CONTROLE FÍSICO DA PAUTA DE AUDIÊNCIA (ESPECIFICAR)?

Sim Não

Observação: Sim, através de uma agenda.

8. ACERVO PROCESSUAL (efetuar contagem física dos processos em Gabinete e Secretaria, conforme a classificação abaixo)

8.1 CÍVEIS (EXCETO LEI 9.099/1995, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS)

**QUANTIDADE
PREJUDICADO**

Meta 1 (ano anterior ao da correição)

-



253

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Meta 2	-
Meta 4	-
Meta 6	-
Ações civis públicas, exceto improbidade administrativa	-
Execução fiscal	-
Demais processos cíveis (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei 9.099/1995, infância e juventude e cartas precatórias)	-
Reclamação (Lei nº 9.099/1995)	-
8.2 CRIMINAIS (EXCETO LEI 9.099/1995 E CARTAS PRECATÓRIAS)	QUANTIDADE
Meta 1 (ano anterior ao da correição)	-
Meta 2	536
Meta 4	17
Tribunal do Júri	248
Violência doméstica e familiar	427
Execução penal	691
Demais processos criminais (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei 9.099/1995 e cartas precatórias)	3.256
Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO'S)	-
8.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE	QUANTIDADE
Ato infracional	-
Situação de risco (art. 98 da Lei 8.069/1990, exceto ato infracional)	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Guarda	-	
Tutela	-	
Adoção	-	
Execução de medidas socioeducativas	-	
8.4 CARTAS PRECATÓRIAS (EXCETO PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS)	QUANTIDADE	
Precatórias cíveis	-	
Precatórias criminais	67	
Precatórias infância e juventude	-	
8.5 TOTAL DA CONTAGEM FÍSICA	5.242	
8.6 TOTAL DO ACERVO NO LIBRA	Acervo Total: 6.677 Acervo Ativo: 5.803	
8.7 TOTAL DO ACERVO NO PROJUDI	-	
8.7 TOTAL DO ACERVO NO PJE	-	
9. METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		
9.1 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 1 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Ano	Ações distribuídas	Ações julgadas
2015	622	481 (META NÃO CUMPRIDA)
2016	775	314 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	754	550 (META NÃO



254

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

		CUMPRIDA)
9.2 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 2 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Acervo da meta: 948		
Alvo: 758		
Sentenças: 192		
Grau de cumprimento: 25,32%		
Necessidade de julgamento: 566		
<u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
9.3 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 4 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Acervo: 21		
Alvo: 15		
Sentenças: 02		
Grau de cumprimento: 13,52%		
Necessidade de julgamento: 13		
<u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
9.4 CUMPRIMENTO DA META 5		
Observações: Prejudicado		
9.5 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 6 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Prejudicado		
10. BANCO DE DADOS DO CNJ		
Banco de dados	Sim	Não
Sistema Nacional de Bens Apreendidos		x
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa	-	-
Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas	x	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	x	
Cadastro de Adolescente em Conflito com a Lei	-	-
Cadastro Nacional de Adoção	-	-
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas	-	-
Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	-	-
Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução 137 do CNJ)/Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (em implantação)	x	
Sistac	x	
Infoseg	x	
Infojud	x	
Bacenjud	x	
Renajud	x	
11. INFÂNCIA E JUVENTUDE- PREJUDICADO		
11.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS APÓS SENTENÇA: Prejudicado		
11.2 HÁ AVALIAÇÃO SEMESTRAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM EXECUÇÃO? Prejudicado		
11.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE (ESPECIFICAR SE HÁ INTERNAÇÃO POR MAIS DE 45 DIAS) Prejudicado		
11.4 HÁ PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA PENDENTES DE ANÁLISE?		



255
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Prejudicado
11.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO: Prejudicado
11.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA (INDICAR SE HÁ EQUIPE INTERDISCIPLINAR ADEQUADA)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Prejudicado
11.7 AS CÓPIAS DAS GUIAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA OU DE EXECUÇÃO SÃO ENCAMINHADAS AO ÓRGÃO GESTOR DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO, DEVIDAMENTE INSTRUÍDAS? Prejudicado
11.8 HÁ UNIDADE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, BEM COMO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE NA COMARCA? COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO A ESSAS UNIDADES? Prejudicado
12. TRIBUNAL DO JÚRI
12.1 QUANTIDADE DE JÚRIS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 24 MESES 2016: 10 2017: 15 2018: 08
12.2 QUANTIDADES DE JÚRIS REMARCADOS OU ADIADOS (ESPECIFICAR MOTIVOS): 01 (um), em virtude da morte do réu (Ação Penal nº 0120115-44.2015.814.0039)
13. PRESOS PROVISÓRIOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

13.1 QUANTIDADE DE PRESOS PROVISÓRIOS: 108
13.2 A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS COM PRESOS PROVISÓRIOS ESTÁ REGULAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: Os processos de réus provisórios são acompanhados através de planilha de Excel, onde constam todos os nomes dos presos, data da prisão, fase processual, se estão cadastrados no BNMP 2.0 e data do último movimento.
13.3 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 87/2009-CNJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação:
14 EXECUÇÃO PENAL
14.1 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO À COMARCA (INFORMAR SE A UNIDADE PRISIONAL ESTÁ INTERDITADA E COM QUE FREQUENCIA É REALIZADA INSPEÇÃO)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observações: O Centro de Recuperação Regional de Paragominas, que é visitado mensalmente pelo Magistrado da unidade.
14.2 A COMARCA É POLO DE EXECUÇÃO PENAL (EM CASO POSITIVO, ESPECIFICAR QUAIS COMARCAS ABRANGE; EM CASO NEGATIVO, INDICAR A QUAL COMARCA POLO A UNIDADE ESTÁ VINCULADA)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observações: Sim. A Comarca é polo de Execução Penal e abrange as Comarcas de São Miguel do Guamá, Aurora do Pará, Mãe do Rio, Ipixuna do Pará, Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu/PA.
14.3 HÁ PROCESOS SENTENCIADOS SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO SENTENCIANTE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não



256

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observações: Sim, existem 23 (vinte e três) processos sentenciados com pendência de expedição das guias de execução penal, entretanto, os réus já se encontram em liberdade. As guias de recolhimento provisórias de réus presos são expedidas tão logo o MM. Juiz sentencie.

14.4 AS GUIAS DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO (DEFINITIVAS OU PROVISÓRIAS) SÃO CERTIFICADAS NOS AUTOS E ENCAMINHADAS AO EXECUTADO, AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL E À UNIDADE DE CUSTÓDIA, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS?

Sim Não

Observação:

14.5 O CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE PENA, HOMOLOGADO POR DECISÃO JUDICIAL, É ENCAMINHADO À UNIDADE EM QUE O RÉU SE ENCONTRA CUSTODIADO/INTERNADO?

Sim Não

Observação:

14.6 HÁ PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

Sim Não

Observação: Sim, nos casos de processos de execução penal que se encontram em fase inicial, em que após expedidos os cálculos de liquidação de pena, os autos são encaminhados ao Ministério Público para manifestação e em seguida à defesa. Em seguida, são homologados por esse juízo e expedidos os respectivos atestados de pena a cumprir.

14.7 O ATESTADO DE PENA A CUMPRIR É EXPEDIDO ANUALMENTE?

Sim Não

Observação: Sim.

14.8 HÁ CONTROLE INDIVIDUALIZADO DE PRAZO PARA BENEFÍCIO PENAL (INDICAR SE HÁ PEDIDO DE BENEFÍCIO PENDENTE DE APRECIÇÃO)?

Sim Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação: Sim, o controle é realizado através de planilha de controle dos presos condenados, bem como os processos são tramitados em caixas de acordo com o regime e o ano de progressão de regime. Não há pedido de benefício pendente de apreciação por esse juízo.

14.9 A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, TRANSITADA EM JULGADO, É COMUNICADA À JUSTIÇA ELEITORAL?

Sim Não

Observação: Sim. Quando transita em julgado a sentença condenatória, realizamos a suspensão dos direitos políticos do réu no sistema do TRE chamado INFODIP.

14.10 OS PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL ESTÃO ORGANIZADOS?

Sim Não

Observação: Estão organizados de acordo com o tipo de regime de cumprimento de pena e por ano em que se dará o benefício.

14.11 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?

Sim Não

Observação:

14.12 A UNIDADE UTILIZA O SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL - SEUU?

Sim Não

Observação:

15 PRECATÓRIAS

15.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS PELO JUÍZO DEPRECADO: 33

15.2 HÁ CONTROLE DE PRAZO E COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS PRECATÓRIAS PELO JUÍZO DEPRECADO?

Sim Não

Observação: Os autos ficam em acondicionados em caixas específicas e são manuseados quinzenalmente pelos servidores da unidade.

16. ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS (RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ



257
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

E PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI, 04/2014-CJCI E 03/2017-CJCI)

16.1 AS ARMAS E OS DEMAIS BENS APREENDIDOS ESTÃO REGISTRADOS NOS AUTOS E CADASTRADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO PROCESSUAL DO TJPA?

(x) Sim () Não

Observação:

16.2 HÁ LOCAL ADEQUADO PARA A GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

(x) Sim () Não

Observação: Sim, as armas e objetos são guardadas no depósito no Fórum, os quais são separados por tipo de objeto, como caixa para celulares, caixa para arma branca, local para armas, local separado de armas apreendidas nos processos de crimes dolosos contra a vida, caixa para objetos diversos. Ressalta-se que neste depósito também ficam as armas/objetos oriundos da 3ª vara da infância e do Juizado especial cível e criminal.

16.3 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS

Bem	Processo	Partes
Relatório em anexo		

16.4 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS (ESPECIFICAR SE FOI SOLICITADO O RECOLHIMENTO)?

(x) Sim () Não

Observação: Há cerca de 30 (trinta) armas pendentes de recolhimento pela Comissão de Armas do TJPA. A última visita da referida comissão ocorreu em 05/06/2018.

16.5 O DISPOSTO NO ART. 7º DO PROVIMENTO Nº 03/2017-CJCI É CUMPRIDO?

(x) Sim () Não

Observação:

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

17.1 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL? (x) Sim () Não Observação:
17.2 O SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ É UTILIZADO? (x) Sim () Não Observação:
17.3 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Observação: Relatório em anexo
18. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
18.1 PROMOTOR DE JUSTIÇA Nome: Carlos Lamarck Magno Barbosa Início da atuação: desde de 14/10/2016 Nome: Andressa Érica Ávila Pinheiro Início da atuação: desde 10/07/2018 Nome: Aline Neiva Alves da Silva Início da atuação: desde 13/06/2018
18.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA? (x) Sim () Não Observação: A Dr ^a . Andressa Érica Ávila Pinheiro cumula suas atribuições com a PJ de Mãe do Rio/PA.
18.3 DEFENSOR PÚBLICO Nome: Dr ^a . Ursula Dini Mascarenhas Início da atuação: 10/2014.



258

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: Dr. Diogo Marcell Eluan

Início da atuação: 23/07/2018

Nome: Dr. Mauricio Pereira dos Santos

Início da atuação: desde 23/07/2018

18.4 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA?

() Sim (x) Não

Observação:

19. INFRAESTRUTURA

19.1 QUALIDADE DO ACESSO À INTERNET (MENCIONAR A QUANTIDADE E A SUFICIÊNCIA DE PONTOS DE REDE)

() Bom (x) Regular () Ruim

Observação:

19.2 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DISPONÍVEIS:

Computador: 13 computadores

Impressora: 4 impressoras

Scanner: 5 scanners

Leitor óptico: 2

22. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

22.1 QUAL O RAMAL DO TELEFONE DA VARA (INFORMAR SE ESTÁ FUNCIONANDO)?

Secretaria: (91) 3729-9701

Obs: Só há telefone na secretaria da unidade e está em funcionamento.

22.2 QUAL O E-MAIL DA VARA E O RESPONSÁVEL PELA SUA VERIFICAÇÃO (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)?

lcrimparagominas@tjpa.jus.br. A Diretora de Secretaria é a responsável pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

conferência do e-mail diariamente.

22.3 QUEM É O RESPONSÁVEL PELO MALOTE DIGITAL (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)? O servidor Josiel Cordeiro dos Santos é o responsável pela verificação diária do malote digital.

23. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA

CONSIDERANDO que as correições são instrumentos de fiscalização e controle da administração da justiça, da atividade dos órgãos e dos serviços judiciários e administrativos da justiça estadual de Primeira Instância;

CONSIDERANDO que a Vara Criminal da Comarca de Paragominas detém competência para processar e julgar todos os feitos de natureza criminal, desde os crimes comuns, crimes dolosos contra a vida, violência doméstica e execuções penais;

CONSIDERANDO a complexidade da vara criminal frente a enorme quantidade de processos de natureza penal e de execução penal que compõem o acervo processual de mais de 5.800 processos, bem como a grande quantidade de presos provisórios e condenados, cujos processos devem tramitar com celeridade e eficiência e acompanhamento processual prioritário;

CONSIDERANDO que diante do aumento populacional e o aumento da criminalidade, aumentou demasiadamente a quantidade de feitos criminais, sendo que há somente uma vara criminal dotada de todas as competências de feitos de natureza criminal, apesar dos esforços envidados, a Vara Criminal da Comarca de Paragominas é muito complexa, diante da quantidade de processos de presos provisórios e condenados, bem como largo acervo de processos de réus soltos, o que acarreta enorme sobrecarga de trabalho aos servidores;

Por todo o exposto, a Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Paragominas apesar de vir caminhando para uma melhor prestação jurisdicional, com a organização de seu acervo e acompanhamento processual mais eficaz, reconhece suas limitações e deficiências, apesar dos inúmeros esforços. Entretanto, para cumprir eficazmente as



259

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Metas e dar seguimento a marcha processual necessitamos com maior urgência da instalação de uma outra Vara Criminal, com competência para processar e julgar crimes dolosos contra a vida, violência doméstica e execução penal.

24. CONSIDERAÇÕES DO(A) JUIZ(A):

- Há necessidade de designação de um juiz auxiliar para em razão da grande quantidade de processos para análise em gabinete, principalmente os que estão conclusos para a sentença.

- Há necessidade de criação da Vara de Execução Penal, com competência também para processos envolvendo crimes dolosos contra a vida e violência doméstica. Já há um procedimento em andamento – PA-OFI-2018/04662.

- Desde a chegada deste MM. Juiz titular, aumentou significativamente o número de processos sentenciados: a Vara vem cumprindo a Meta 1, possui taxa de arquivamento acima de 400% (quatrocentos por cento) e a taxa de congestionamento vem diminuindo.

25. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Considerações gerais:

A Vara criminal da comarca de Paragominas possui competência privativa para feitos do Juízo Singular, feitos do Tribunal do Júri (crimes dolosos contra a vida) e execução penal.

O Juiz titular da unidade é o Dr. David de Paiva Albano, que assumiu a Vara, em 23/05/2018.

A unidade possui quadro funcional composto de 01 (um) assessor do Juízo, 03 (três) analistas judiciárias, 03 (três) auxiliares judiciários, 02 (dois) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Tucuruí, além de 03 (três) estagiários.

SECRETARIA

De acordo com a contagem física, tramitam 5.242 (cinco mil, duzentos e quarenta e dois) processos na Vara criminal, e, de acordo com Sistema Libra, o acervo total é de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

6.677 (seis mil, seiscentos e setenta e sete) feitos, com acervo ativo de 5.803 (cinco mil, oitocentos e três) processos.

Os processos estão acondicionados em armários de madeira, em caixas identificadas, e tramitam, internamente, por fase processual.

Os feitos se encontram identificados com fitilhos coloridos, fixados nos *clie telos* dos autos, nas seguintes cores:

- Verde: crimes dolosos contra a vida;
- Amarela: decretação de prisão preventiva;
- Rosa claro: crimes sexuais;
- Vermelho: réus presos;
- Laranja: presos por outro processo;
- Azul claro: cartas precatórias;
- Lilás: violência doméstica;

Os processos de idosos estão identificados com etiqueta rosa (maior de 65 anos), afixada na capa dos autos, e encontram-se tramitando em caixas separadas dos demais feitos.

Os processos que envolvem crimes sexuais são identificados com etiquetas na capa dos autos.

Os processos incluídos nas Metas 2 e 4 do Conselho Nacional de Justiça, estão identificados com etiquetas, nas laterais dos autos. Os feitos incluídos na meta 04 tramitam separados dos demais, mas os incluídos na meta 2 tramitam em conjunto.

Durante a correição, verificou-se que a existência de 04 (quatro) petições iniciais pendentes de autuação, sendo a mais antiga datada de 27/08/2018, além de 792 (setecentas e noventa e duas) petições intermediárias, pendentes de juntada.

Verificou-se a existência de 2.665 (dois mil, seiscentos e sessenta e cinco) feitos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias na unidade.

Na oportunidade, a Diretora de Secretaria esclareceu que tal fato se deve ao acervo da Vara de cerca de 6.500 (seis mil e quinhentos) processos, com competência para processar e julgar todos os feitos de natureza criminal, além de elevado número de



260

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

presos provisórios e condenados, no entanto, a secretaria vem envidando esforços para dar cumprimento à demanda acumulada, circunstância que levou à movimentação de mais 3.000 (três mil) feitos nos últimos 100 (cem) dias.

À vista dos fatos acima relatados, uma alternativa seria a criação de mais 01 (uma) vara criminal na Comarca de Paragominas, com designação de um juiz auxiliar, até a instalação de outra Vara.

Os servidores da unidade relataram a necessidade de realização de curso de aperfeiçoamento sobre os procedimentos de execução penal.

Foram localizados cerca de 91 (noventa e um) feitos pendentes de baixa/arquivamento na unidade.

A resenha é publicada 01 (uma) vez por semana, com exceção dos atos judiciais que envolvem processos de réus presos provisórios, que são publicados diariamente.

Os autos de cartas precatórias se encontram acondicionados em caixas específicas que são manuseadas quinzenalmente pelos servidores da unidade.

Observou-se que a unidade não efetua controle de prazo prescricional, nos moldes previstos na Resolução nº 112 do CNJ e no Provimento Conjunto nº 14/2017-CJRMB/CJCI.

Até a data da correição, haviam sido realizadas, em 2018, 08 (oito) sessões do Tribunal do Júri.

Havia mandados com carga em aberto a Oficiais de Justiça desde outubro de 2011 (02), desde 10/12/2013 (04), desde 02/10/2014 (02), 19/06/2015 (01), 25/10/2016 (01), além de junho, outubro e dezembro de 2017 (03), março, maio e junho de 2018.

A Secretaria faz controle do prazo de mandados distribuídos a oficiais de Justiça, através do Sistema.

De acordo com o Sistema Libra, havia 513 (quinhentos e treze) processos com carga para o Ministério Público desde 10/01/2013 (pendente de retificação, segundo a Secretaria da Vara), 65 (sessenta e cinco) com a Defensoria Pública, desde 18/01/2013 (pendente de retificação, segundo a Secretaria), 01 (um) com advogado particular, desde 31/08/2018 e 08 (oito) com a Delegacia de Polícia, desde 18/07/2018.

A Secretaria efetua a cobrança dos processos com carga em aberto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Apesar da última audiência encontrar-se pautada para o dia 07/11/2018, durante a correição, a Corregedoria do Interior localizou dezenas de caixas contendo processos pendentes somente da designação de audiência, e inúmeras outras, pendentes de expedição de mandado de citação.

A unidade deve envidar esforços para dar cumprimento às metas 1, 2 e 4, do Conselho Nacional de Justiça.

A Meta 1 não foi cumprida nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Com relação à Meta 2 do CNJ, alcançou grau de cumprimento de 17,05%, sendo necessário o julgamento de 633 (seiscentos e trinta e três processos) para o cumprimento da Meta que não foi cumprida, conforme dados da Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

No que se refere à Meta 4 do CNJ, a unidade alcançou grau de cumprimento de 13,52%, não tendo sido cumprida a meta, com necessidade de julgamento de 13 (treze) processos para alcançar o cumprimento.

Existiam depósitos judiciais vinculados a processos sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Havia 108 (cento e oito) presos provisórios. O controle dos processos de presos provisórios é feito através de planilha do Excel, onde constam nomes, data da prisão, fase processual e se encontram cadastrados também no BNMP 2.0.

Os bens apreendidos encontram-se cadastrados no Sistema Libra, no total de 493 (quatrocentos e noventa e três), mas nem todos estão no Cadastro Nacional de Bens Apreendidos, do Conselho Nacional de Justiça.

Há um estabelecimento prisional vinculado à Comarca de Paragominas, qual seja, o Centro de Recuperação Regional, que é visitado mensalmente pelo Magistrado titular da unidade.

Estava em fase de conclusão outro estabelecimento prisional com mais vagas para presos.

A Comarca de Paragominas é polo em execução penal e recebe feitos das Comarcas de São Miguel do Guamá, Aurora do Pará, Mãe do Rio, Ipixuna do Pará, Ulianópolis e Dom Eliseu.


Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria
de Justiça das Comarcas
do Interior



26

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Havia 30 (trinta) armas de fogo pendentes de recolhimento pela Comissão de Armas do TJPA. A última visita da Comissão havia ocorrido em 05/06/2018.

Há, na Secretaria, um armário específico para os feitos de execução penal, que estão tramitando por regime de cumprimento e ano em que se dará o benefício.

Os feitos de execução penal são identificados nas seguintes cores:

- Vermelha: regime fechado;
- Azul escuro: semiaberto;
- Verde: livramento condicional;
- Preto: foragidos.

Os de apenados para cumprimento de pena em regime aberto não possuem fitilhos de identificação.

Existem 23 (vinte e três) processos sentenciados com pendência na expedição de guia de execução penal, mas os réus já se encontram em liberdade.

As guias de recolhimento de réus presos são expedidas tão logo ocorre a prolação de sentença nos autos.

A unidade ainda não utiliza o SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Penal).

No que concerne à tramitação interna dos feitos, foi verificado que:

1) Há 18 (dezoito) caixas de processos de Suspensão Condicional – art. 366, totalizando 411 (quatrocentos e onze) processos suspensos.

Por amostragem, foram analisados os seguintes feitos:

- * 0002219-07.2011.8.14.0039, cujo último despacho foi proferido em 03/02/2014;
- * 000329-27.2009.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 14/12/2010;
- * 2001.2004671-2, cujo último despacho foi proferido em 20/10/2006;
- * 20012005694-7, cujo último despacho foi proferido em 31/07/2007;

2) 03 (três) caixas de Inquéritos Policiais aguardando Flagrante, totalizando 27 inquéritos.

3) 66 (sessenta e seis) caixas para expedir citação, totalizando 789 (setecentos e oitenta e nove) processos.

Por amostragem, foram analisados os seguintes feitos:

- * 0022121-16.2015.815.0039: último despacho foi proferido em 11/07/2016;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria
de Justiça das Comarcas
do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- * 0005574-66.2013.814.0039: último despacho foi proferido em 11/07/2017;
- * 0005055-57-2014.814.0039: último despacho foi proferido em 14/12/2016;
- * 0002065-59.2015.8.14.0039: último despacho foi proferido em 02/06/2018;
- * 0006230-47.2018.814.0039: último despacho foi proferido em 09/08/2018.

4) 09 (nove) caixas para designar audiência de suspensão condicional, totalizando 109 (cento e nove) processos.

Por amostragem, foram analisados os seguintes feitos:

- * 000144-06.2016.814.0039: último despacho foi proferido em 07/05/2018;
- * 0005325-13.2016.814.0039: último despacho foi proferido em 05/12/2016;
- * 0001802-90.2016.814.0039: último despacho foi proferido em 05/12/2016;
- * 0005890-74.2016.814.0039: último despacho foi proferido em 05/12/2016;
- * 0008466-40.2016.814.0039: último despacho foi proferido em 05/12/2016.

5) 48 (quarenta e oito) caixas para designar audiências de réu soltos, totalizando 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) processos.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes feitos:

- * 0001282-04.2014.814.0039: último despacho foi proferido em 03/06/2014;
- * 0002833-14.2017.814.0039: último despacho foi proferido em 08/05/2017;
- * 0010267-54.2017.814.0039: último despacho foi proferido em 27/04/2018;
- * 0000673-74.2011.814.0039: último despacho foi proferido em 20/02/2013;
- * 0003089-59;2014814.0039: último despacho foi proferido em 20/07/2014.

6) 09 (nove) caixas de Suspensão Condicional aguardando prazo de período de prova de 2 (anos) anos, totalizando 104 (cento e quatro) processos:

7) 05 (cinco) caixas de processo de idosos, totalizando 27 (vinte e sete) processos.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes feitos:

- * 0007504-17.2016.814.0039 – último despacho: 24/04/2017 – Designar audiência;
- * 0006101-47.2015.814.0039 – último despacho: 25/08/15 – Designar audiência;
- * 0003349-39.2014.814.0039 – último despacho: 17/11/2015 – Designar audiência;
- * 0022156-73.2015.814.0039 – Último despacho: 03/02/2016 - Designar audiência;
- * 0005749-26.2014.814.0039 – Último despacho: 22/03/2016 - Designar audiência;

8) 03 (três) caixas de processos envolvendo Suspensão de Direitos Políticos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

262

totalizando 24 (vinte e quatro) processos.

9) 05 (cinco) caixas de processos para expedir Ofícios, totalizando 40 (quarenta) processos.

Por amostragem, foram analisados os seguintes feitos:

- * 0003504-13.2012.814.0039 – último despacho: 26/10/2017;
- * 0001810-49.2008.814.0039 – último despacho: 05/10/2016;
- * 0004685-10.2016814.0039 – último despacho: 07/08/2017;
- * 0006829-54.2016.814.0039 – último despacho: 15/03/2017;
- * 0004348-87.2009.814.0039 – último despacho: 05/03/2013.

10) 05 (cinco) caixas de processos para expedir certidão, totalizando 24 (vinte e quatro) processos.

Por amostragem, foram analisados os seguintes feitos:

- * 0011155-57.2016.814.0039 - último despacho: 27/11/2017;
- * 0003637-79.2017.814.0039 - último despacho: 23/11/2017;
- * 0002016-86.2008.814.0039 – último despacho: 23/11/2017;
- * 0117121-43.2015.814;0039 – último despacho: 15/01/2018;
- * 0008387-27.2017.814.0039 – último despacho: 01/02/2018;

11) 04 (quatro) caixas aguardando Expedição de mandados (por Edital) totalizando 25 (vinte e cinco) processos.

Foram verificados os seguintes processos:

- * 0000164-57.2011.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 28/08/2017;
- * 0003306-34.2016.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 24/11/2017;
- * 0001206-48.2012.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 24/11/2017;
- * 0003502-28.2008.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 30/08/2017;
- * 0002062-36. 2017.814.0039, cujo último despacho foi proferido em 06/12/2017.

12) 06 (seis) caixas de Aguardando Resposta de ofício, totalizando 24 (vinte e quatro) processos.

Foram analisados os seguintes processos:

- * 0002066-39.2018.814.0039 - último despacho: 27/06/2018;
- * 0002466-33.2011.814.0039 - último despacho: 25/05/2018;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

* 0002003-54.2008.814.0039 - último despacho: 24/07/2017;

* 0001783-87.2008.814.0039 - último despacho: 27/11/2017;

* 0003754-80.2011.814.0039 - último despacho: 16/04/2018.

13) 01 (um) processo aguardando pagamento de custas finais: 0001261-57.2016.814.0039

14) 02 (duas) caixas aguardando a expedição de Mandado de Prisão, contendo 13 (treze) processos;

15) 01 (uma) caixa de Aguardando prazo de defesa, contendo 04 (quatro) processos.

16) 04 (quatro) caixas para certificar, contendo 24 (vinte e quatro) processos.

Foram analisados os seguintes processos:

* 0005103-79.2015.814.0039 - último despacho: 18/11/2015;

* 0000002-32.2013.814.0039 - último despacho: 29/04/2014;

* 0006083-78.2015.814.0039 - último despacho: 28/09/2015;

* 0003917-55.2014.814.0039 - último despacho: 21/11/2016;

* 0071137-36.2015.814.0039 - último despacho: 05/04/2017.

17) 03 (três) caixas aguardando devolução de mandado de citação, contendo 25 (vinte e cinco) processos;

18) 03 (três) caixas aguardando designação de audiência de preso por outro processo, contendo 20 (vinte) processos;

19) 03 (três) caixas aguardando retorno de cartas precatórias de réus presos, contendo 14 (quatorze) processos;

20) 02 (duas) caixas aguardando retorno de cartas precatórias de réus soltos, contendo 11 (onze) processos;

21) 01 (uma) caixa aguardando resposta de ofício de réu preso, contendo 01 (um) processo;

22) 01 (uma) caixa aguardando expedição de ofício, contendo 01 (um) processo;

23) 01 (uma) caixa de Remessa a outra comarca, contendo 05 (cinco) processos;

24) 01 (uma) caixa Aguardando prazo de defesa, contendo 02 (dois) processos;

25) 03 (três) caixas aguardando desmembramento de processos, contendo 09 (nove) processos;



263

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 26) 01 (uma) caixa aguardando expedição de mandado de intimação, contendo 03 (três) processos;
- 27) 05 (cinco) caixas aguardando a publicação de sentença no Diário da Justiça, contendo 54 (cinquenta e quatro) processos;
- 28) 04 (quatro) caixas aguardando a expedição de cartas precatórias, contendo 24 (vinte e quatro) processos;
- 29) 01 (uma) caixa aguardando retorno de carta precatória, contendo 08 (oito) processos;
- 30) 01 (uma) caixa de processos envolvendo crimes contra Administração Pública contendo 14 (quatorze) feitos;
- 31) 03 (três) caixas com Recurso para o TJE, contendo 12 (doze) processos;
- 32) 01 (uma) caixa para cumprir carta precatória, contendo 34 (trinta e quatro) processos;
- 33) 01 (uma) caixa aguardando devolução de carta precatória, contendo 33 (trinta e três) processos;
- 34) 13 (treze) caixas aguardando baixa no sistema e/ou arquivamento, contendo 91 (noventa e um) processos;
- 35) 46 (quarenta e seis) caixas aguardando designação de audiência;
- 36) 13 (treze) processos aguardando expedição de mandado de citação – Júri;
- 37) 06 (seis) processos aguardando retorno de carta precatória;
- 38) 01 (uma) caixa contendo um processo para expedir intimação;
- 39) 04 (quatro) processos para publicar DJE – Júri;
- 40) 01 (um) processo para expedir Ofício;
- 41) 04 (quatro) processos para certificar – Júri;
- 42) 04 (quatro) caixas aguardando prazo de edital para Sessão de Júri, contendo 19 (dezenove) processos;
- 43) 24 (vinte e quatro) processos aguardando resposta de ofício – Júri;
- 44) 14 (quatorze) processos aguardando mandado de prisão;
- 45) 09 (nove) processos aguardando designação de Sessão de Júri;
- 46) 15 (quinze) caixas aguardando designação de audiências em feitos de violência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

doméstica, contendo 181 (cento e oitenta e um processos);

47) 03 (três) caixas aguardando expedição de mandado de Citação, contendo 40 (quarenta) processos;

48) 01 (uma) caixa aguardando Citação por Edital, contendo 09 (nove) processos;

49) 01 (uma) caixa aguardando expedição de Ofícios, contendo 10 (dez) processos;

50) 01 (uma) caixa aguardando expedição de mandado de Intimação, contendo 13 (treze) processos;

51) 01 (uma) caixa aguardando retorno de carta precatória, contendo 10 (dez) processos;

52) 02 (duas) caixas com Medidas protetivas, contendo 43 (quarenta e três) processos;

53) 01 (uma) caixa aguardando prazo de edital, contendo 08 (oito) processos;

54) 30 (trinta) caixas aguardando mandado com oficial de justiça, contendo 183 (cento e oitenta e três) processos;

55) 05 (cinco) caixas aguardando publicação no DJE, contendo 53 (cinquenta e três) processos;

56) 06 (seis) caixas aguardando a expedição de guia de recolhimento, contendo 27 (vinte e sete) processos;

57) 16 (dezesesseis) caixas aguardando prazo de edital, contendo 238 (duzentos e trinta e oito) processos.

Quanto à tramitação interna dos feitos de execução penal, foi observado que há, na Secretaria, 04 (quatro) armários destinados aos processos de execução penal, que estão organizados da seguinte forma:

* Regime Fechado: 11 (onze) caixas, contendo 102 (cento e dois) processos;

* Regime Semiaberto: 07 (sete) caixas, contendo 42 (quarenta e dois) processos;

* Regime Aberto: 10 (dez) caixas relativas aos processos de liberdade condicional, contendo 85 (oitenta e cinco) processos;

* Foragidos: 23 (vinte e três) caixas, contendo 171 (cento e setenta e um) processos;

* Livramento Condicional: 10 (dez) caixas, contendo 85 (oitenta e cinco) processos;

Havia também 05 (cinco) caixas para certificar o término da pena, contendo 45 (quarenta e cinco) processos.



264
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

O controle dos processos de execução penal é feito por meio de uma planilha, onde consta o nome do réu, o regime, a capitulação penal, data de nascimento, data da prisão, nº da execução, a comarca da condenação, data da progressão, o registro no Banco nacional de Mando de Prisão (BNMP).

Ressalte-se que essa planilha é, constantemente atualizada, sempre que há mudança no status do apenado, inclusive, mudança de regime, progressão, regressão, etc.

Importante destacar que a dedicação da Diretora de Secretaria tem contribuído bastante para a melhor fluidez dos processos, contudo, muito ainda precisa ser feito para que seja uma Unidade Judicial ainda mais eficiente.

Uma alternativa, dentre outras medidas, seria a realização de mutirões pontuais, com a finalidade de obtenção de melhores resultados ou implementação de gestão, com prazos, para garantir celeridade e eficiência à prestação jurisdicional.

GABINETE

Estão lotadas no gabinete a assessora do Juiz, que é exclusivamente comissionada, e uma servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Paragominas.

Está lotado também um estagiário.

Os feitos encontram-se acondicionados em armários de madeira, em prateleiras.

A unidade ainda está em processo de organização física, tendo em vista que o Magistrado assumiu a titularidade da unidade há pouco tempo.

Durante a correição, havia 923 (novecentos e vinte e três) feitos conclusos em gabinete, sendo 818 (oitocentos e dezoito) com petições intermediárias pendentes de despacho/decisão, em gabinete, e 105 (cento e cinco) para a prolação de sentença, sendo o mais antigo datado de 06/05/2014.

Há processos paralisados em gabinete há mais de 100 (cem) dias, entretanto, tal fato decorre da ausência de juiz titular na unidade por mais de 01 (um) ano, além do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

acervo elevado de processos.

Os feitos detentores de prioridade legal encontram-se separados fisicamente, em gabinete, mas os que integram a meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, não estão.

As audiências são realizadas, em regra, de terça à quinta, na quantidade de 05, e são realizadas audiências de custódia todos os dias da semana. Estava marcada a última data para audiência para o dia 07/11/2018.

São realizadas audiências de proposta de suspensão condicional do processo uma vez por mês, em média, 30 (trinta) audiências.

Os motivos da não realização/remarcação de audiências são registrados no Sistema.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ, e separar os da Meta 02 dos demais processos;

2 – Cumprir as diligências nos processos que se encontram paralisados em secretaria há mais de 100 dias, em número elevado (2.665), comunicando à CJCI, a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga em aberto fora do prazo, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

5 – Dar baixa no Sistema e promover o arquivamento dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação (total de 91), para evitar taxa irreal de congestionamento,



265

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;

6 – Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

7 – Realizar o controle do prazo prescricional em todos os processos, na contracapa e/ou no Sistema, inclusive nos que se encontram suspensos, podendo ser utilizada a calculadora disponibilizada pelo CNJ, e informar a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para o cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;

8 – Certificar o término da pena nos quarenta e cinco processos identificados (em 05 caixas), informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias a providência adotada;

9 – Providenciar resenha para publicação diariamente, ou sempre que tiver ato judicial para publicar;

10 – Juntar as petições intermediárias (792) pendentes de juntada, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

11 – Expedir guia de execução nos processos com réus sentenciados, pendentes dessa diligência, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

12 – Efetuar cálculo de liquidação da pena dos processos de execução penal, pendentes dessa diligência, para os ulteriores de direito;

13 – Verificar, junto ao magistrado, os processos com depósitos judiciais paralisados há mais de 03 (três) anos;

14 – Cadastrar os bens apreendidos tanto no Sistema libra quando no Cadastro Nacional do CNJ, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da diligência;

15 – Realizar o levantamento de todos os bens apreendidos para depois proceder a adequada destinação, nos termos do Provimento n. 03/2017 – CJCI, informando à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada e para sanar incongruências de outras informações no Sistema Libra;
- 4 – Solicitar à Comissão de recolhimento de armas do TJPA nova visita para recolher as 30 armas de fogo apreendidas;
- 5 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente em efetuar o controle do prazo prescricional no Sistema e na contracapa dos autos, tanto dos processos em tramitação como dos suspensos, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 6 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente em expedir guia de execução nos processos com réus sentenciados, pendentes dessa diligência, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 7 – Promover a adequada destinação dos bens apreendidos, nos termos do Provimento n. 03/2017 – CJCI, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

PROVIDÊNCIAS CJCI

Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando:

- 1 – verificação junto à Secretaria de Gestão sobre a possibilidade de lotação/nomeação



266

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

de servidores (analistas e auxiliares) na Vara;

2 – realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância, para atualização em matéria de execução penal;

3 – elaboração de PL solicitando a criação de mais uma vara criminal para Paragominas;


4 – designação de um Juiz para auxiliar o titular da Vara criminal de Paragominas, objetivando o saneamento da unidade judiciária.

Paragominas, 14 de setembro de 2018.


Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


Dra Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da CJCI


Aurélio Carlos Monteiro Coutinho
Assessor Jurídico da CJCI


Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Assessor Jurídico da CJCI


Jaime Dias Lima
Assessor Jurídico da CJCI


Thaiza Martins P. Suano de Farias
Assessora Jurídica da CJCI

361
8

**JUIZADO
ESPECIAL
CÍVEL E
CRIMINAL**



369

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 11/2018

COMARCA: Paragominas

PERÍODO: 10 a 14/09/2018

DESEMBARGADOR(A) CORREGEDOR(A): Desa. Vânia Valente Couto Fortes Bitar Cunha

JUIZ(A) CORREGEDOR(A): Dra. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

JUIZ(A) TITULAR OU DESIGNADO(A) PARA A VARA: Dr. Wander Luís Bernardo

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara do JECRIM de Paragominas

1.2 COMPETÊNCIA: feitos de natureza cível e criminal abrangidos pela Lei nº 9.099/95

1.3 MAGISTRADO(A) E ATO DE DESIGNAÇÃO: Dr. Wander Luís Bernardo – Portaria nº 50/2017-SJ, de 11/05/2017.

1.4 O JUIZ RESPONSÁVEL PELA VARA CUMULOU OUTRA UNIDADE OU EXERCEU OUTRAS ATIVIDADES (MUTIRÃO, GRUPO DE TRABALHO)?

(x) Sim () Não

Observação: Em 2017, o Magistrado da unidade respondeu cerca de 05 (cinco) meses pela 2ª Vara Cível e 03 (três) meses pela Vara Criminal. Também era o Juiz responsável pelo CEJUSC até início de setembro de 2018.

1.5 HÁ MAGISTRADO AUXILIAR? EM CASO POSITIVO, EM QUE PERÍODO?

() Sim (x) Não

Observação:

1.6 HOUVE PERÍODO DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO (EXCETO FÉRIAS, FOLGAS DE PLANTÃO E RECESSO)?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Sim Não

Observação:

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS -(incluindo disponibilidade e utilização das salas, mobiliário e acessibilidade):

Boas Regulares Ruins

Observações:

01 (uma) sala para o gabinete do magistrado, com banheiro;

02 (duas) salas de audiências;

01 (uma) sala para a secretaria da unidade.

2.2 LIMPEZA E HIGIENE:

Boas Regulares Ruins

Observações: as dependências do gabinete do magistrado não são limpas a contento.

3. SERVIDORES (incluindo equipe multidisciplinar, conciliadores e estagiários):

3.1 GABINETE:

Nome: Marcus Paulo Costa Pereira

Cargo: Assessor do Juízo – Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 658/2016-GP

3.2 SECRETARIA:

Nome: Fábio da Luz Baia

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretor de Secretaria)

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 4.538/2015 - GP, de 11/11/2015

Nome: Adones de Sousa Andrade

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria 023/2017 - DF, de 05/06/2017

Nome: Vanessa Formigosa Varela



363
L

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 3252 /2013-GP, de 26/08/2013

Nome: Maria Adriana Gomes

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Paragominas - concursada

Ato de nomeação/lotação: Portaria 040/2017, de 16/11/2017 - DF

Nome: Thaynara de Lourdes Abreu dos Santos

Cargo: Estagiária

Nome: Karollina Portela Ramos

Cargo: Estagiária

3.3 EQUIPE MULTIDISPLINAR VINCULADA À VARA

Prejudicado

4. PRODUTIVIDADE QUANTITATIVA DO(A) MAGISTRADO(A)

4.1 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA VARA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS:

JUIZ(A)	ENTRADA	SAÍDA
01 Tarcila Maria Souza de Campos	17/12/2015	06/01/2016
02 Geraldo Neves Leite	07/01/2016	09/02/2016
03 Tarcila Maria Souza de Campos	10/02/2016	13/03/2016
04 Rachel Rocha Mesquita da Costa	14/03/2016	18/03/2016
05 Tarcila Maria Souza de Campos	19/03/2016	10/04/2016
06 Rafael do Vale Souza	11/04/2016	11/05/2016
07 Tarcila Maria Souza de Campos	12/05/2016	22/05/2016
08 Rafael do Vale Souza	23/05/2016	17/07/2016
09 Diogo Bonfim Fernandez	18/07/2018	20/11/2016
10 Rafael do Vale Souza	21/11/2016	25/11/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

11 Diogo Bonfim Fernandez	26/11/2016	23/02/2017
12 José Jocelino Rocha	24/02/2017	24/02/2017
13 Diogo Bonfim Fernandez	25/02/2017	01/03/2017
14 Rafael do Vale Souza	02/03/2017	03/03/2017
15 Diogo Bonfim Fernandez	04/03/2017	03/04/2017
16 Ana Louise Ramos dos Santos	04/04/2017	10/05/2017
17 Wander Luís Bernardo (Titular)	11/05/2017	15/08/2017
18 José Jocelino Rocha	16/08/2017	20/08/2017
19 Wander Luís Bernardo	21/08/2017	13/11/2017
20 José Jocelino Rocha	14/11/2017	14/11/2017
21 Wander Luís Bernardo	15/11/2017	04/02/2018
22 Ana Louise Ramos dos Santos	05/02/2018	06/02/2018
23 Wander Luís Bernardo	07/02/2018	15/05/2018
24 Fernanda Azevedo Lucena	16/05/2018	16/05/2018
25 Wander Luís Bernardo	17/05/2018	03/06/2018
26 Fernanda Azevedo Lucena	04/06/2018	03/07/2018
27 Wander Luís Bernardo	04/07/2018	-

4.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELO(A) MAGISTRADO(A)

2016

Despacho: 0

Decisão: 132 (PJE)

Sentença: 46 (PJE)

Audiências:

- Marcadas: 19 (libra)
- Realizadas: 472 (libra) e 95 (PJE) = 567
- Remarcadas: 58



364
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2017:

Despacho: 726 (libra)

Decisão: 176 (libra) + 389 (PJE) = 565

Sentença: 786 (libra) + 645 (PJE) = 1.431

Audiências:

- Marcadas: 23
- Realizadas: 604 (libra) + 490 (PJE) = 1.094
- Remarcadas: 10

2018 (até a correição):

Despacho: 358 (libra)

Decisão: 100 (libra) + 535 (PJE) = 635

Sentença: 264 (libra) + 943 (PJE) = 1.207

Audiências:

- Marcadas: 45
- Realizadas: 370 (libra) + 658 (PJE) = 1.028
- Remarcadas: 05

5. GABINETE DA VARA

5.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELO GABINETE? Libra e PJE

5.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DO GABINETE POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Observação:

5.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?

(x) Bom () Regular () Ruim

Observações:

5.4 O GABINETE USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?

(x) Sim () Não

Observação:

5.5 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00

5.6 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE DESPACHO OU DECISÃO (EXCETO TUTELAS DE URGÊNCIA). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA:

PJE: 23

Libra: 18

Obs: A petição mais antiga é datada de 25/07/2018 (Processo nº 0800175-18.2016.814.0039)

5.7 QUANTIDADE DE PETIÇÕES PENDENTES DE DECISÃO RELATIVAS A TUTELAS DE URGÊNCIA (TUTELA ANTECIPADA, LIMINAR ETC.). ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 00

5.8 QUANTIDADE DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA):

PJE: 07

Libra: 04

Obs: O feito mais antigo é datado de 10/08/2018 (Processo nº 0800353-93.2018.814.0039)

5.9 QUANTIDADE TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE (ESPECIFICAR A DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA):

PJE: 30

Libra: 22



365

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Obs: O processo mais antigo é datado de 25/07/2018

5.10 SÃO OBSERVADOS OS PRAZOS LEGAIS PARA A PRÁTICA DE DESPACHOS, DECISÕES E SENTENÇAS?

Sim Não

Observação:

5.11 HÁ CONTROLE DE PRAZO PRESCRICIONAL?

Sim Não

Observação:

5.12 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS NO GABINETE HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)?

Sim Não

Observação:

5.13 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS?

Sim Não

Observação:

6.1 SECRETARIA DA VARA

6.1 QUAIS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL SÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA? Libra e PJE

6.2 TODOS OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR OS SISTEMAS DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Observação:

6.3 QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS (TIPO DE AÇÃO, FASE PROCESSUAL, ETC. – ESPECIFICAR), BEM COMO DAS PASTAS E DEMAIS DOCUMENTOS?

Bom Regular Ruim

Observações: Os processos estão organizados em secretaria por fase processual e matéria (cível e criminal).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

6.4 A SECRETARIA USA O MÓDULO DE TRAMITAÇÃO INTERNA DISPONÍVEL NO SISTEMA LIBRA?

Sim Não

Observação:

6.5 A SECRETARIA CUMPRE OS PRAZOS PROCESSUAIS (ESPECIFICAR)?

Sim Não

Observação: fazemos esforço concentrado para cumprir todos quase que concomitantemente ao dia em que são despachados

6.6 A SECRETARIA CONTROLA OS PRAZOS PRESCRIONAIS?

Sim Não

Observação: Os processos que estão com prazo prescricional em andamento ficam separados em caixas específicas e são manuseados a cada 02 (duas) semanas.

6.7 EXISTEM PROCESSOS PARALISADOS EM SECRETARIA PELO NÃO CUMPRIMENTO DE DESPACHO, DECISÃO OU SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS (ESPECIFICAR A QUANTIDADE E ESCLARECER OS MOTIVOS)?

Sim Não

Observação: Porém existem os seguintes processos sem movimentação há mais de 100 dias:

1) No PJE: Existe o feito de nº 0800036-32.2017.8.14.0039, que deverá ficar suspenso por 180 dias úteis, prazo que expira em meados de abril de 2019.

2) No libra existem os seguintes processos:

a) Processo nº 0000494-58.2012.8.14.0039: Embargos apensos ao processo principal nº 0002402-20.2009.8.14.0039 o qual está em perfeito andamento:

b) Processo nº 0003566-19.2013.8.14.0039: Remetido às Turmas Recursais em janeiro de 2017. Distribuído na Turma sob o número 0000646-16.2017.8.14.9001.

c) Processo nº 0002268-55.2014.8.14.0039 - Remetido às Turmas Recursais em fevereiro de 2017. Distribuído na Turma sob o número 000080641.2017.8.14.9001.



366

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

d) Processo nº 0003170-08.2014.8.14.0039 - Remetido às Turmas Recursais em março de 2017. Distribuído na Turma sob o número 0001585-93.2017.8.14.9001.

e) Processo nº 0012150-07.2015.8.14.0039 - Remetido às Turmas Recursais em maio de 2017. Distribuído na Turma sob o número, 0002806-14.2017.8.14.9001.

f) Processo nº 0031124-92.2015.8.14.0039- Remetido às Turmas Recursais em março de 2017. Distribuído na Turma sob o número 0001586-78.2017.8.14.9001.

g) Processo nº 0090122-53.2015.8.14.0039- Remetido às Turmas Recursais em março de 2017. Distribuído na Turma sob o número 0001626-60.2017.8.14.9001.

h) Processo nº 0001741-06.2014.8.14.0039- ÚNICO PROCESSO com pendência de meta 2 – aguardando cumprimento de precatória em Ananindeua/PA.

i) Processo nº 0002113-18.2015.8.14.0039 - Remetido às Turmas Recursais em março de 2017. Distribuído na Turma sob o número 0001623-08.2017.8.14.9001.

j) Processo nº 0000088-27.2018.8.14.0039- Aguardando cumprimento de transação penal até dezembro de 2018.

l) Processo nº 0006048-61.2018.8.14.0039- Aguardando prazo para apresentação de representação/queixa-crime até novembro de 2018.

6.8 EXISTEM PROCESSOS PRONTOS PARA CONCLUSÃO EM SECRETARIA, MAS QUE NÃO FORAM ENCAMINHADOS AO GABIENTE (“PRÉ-CONCLUSÃO”)?

() Sim (x) Não

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

6.9 SÃO OBSERVADAS AS PRIORIDADES LEGAIS (INCLUSIVE COM A APOSIÇÃO DE ETIQUETAS COLÓRIDAS NOS AUTOS)?

Sim Não

Observação: Os processos físicos estão identificados com tarjas coloridas fixadas na lateral dos autos nas seguintes cores:

- Laranja: meta 02;
- Preta: feitos sentenciados;
- Amarelo: idosos, deficientes físicos e outras prioridades;
- Verde: cartas precatórias físicas.

6.10 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES DE AUTUAÇÃO E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 0

6.11 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE JUNTADA E CONCLUSÃO. ESPECIFICAR A DATA DA MAIS ANTIGA: 16. sendo a mais antiga datada de 08/05/2018 (Processo nº 0001930-47.2015.8.14.0039 - enviado à turma recursal em 16/11/2017)

6.12 HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO PARA SERVIDORES?

Sim Não

Observação: sistema PJE e gestão de secretaria.

6.13 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA (ESPECIFICAR)?

Sim Não

Observação: existem apenas 06 (seis) processos nesta condição, em razão de existirem bens apreendidos vinculados aos mesmos e que ainda não foram localizados pela unidade. Ressalte-se que os processos que se encontram nesta circunstância são originários da Vara Criminal, unidade judicial que os recebeu, catalogou e guardou no setor de depósito. No entanto, o Diretor de Secretaria tem envidado esforços constantes no sentido de localizar tais objetos, mas ainda não obteve êxito em razão das condições físicas em que se encontra o depósito.

6.14 A PUBLICAÇÃO E A CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM



307
26

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

QUE FREQUÊNCIA? Diariamente		
6.15 A SECRETARIA CUMPRE O MANUAL DE ROTINAS? (x) Sim () Não Observação:		
6.16 MANDADOS PENDENTES COM OFICIAL DE JUSTIÇA()		
Nome	Quantidade	Data mais antiga
Roberto Leonardo Freire Piani	Libra: 02 PJE: 02	21/06/2018
Braulio da Silva Batalha	Libra: 01 PJE: 02	12/07/2018
Rodrigo Almeida Tavares	PJE: 01	27/06/2018
Rafael dos Santos Nonato	PJE: 02	21/06/2018
6.17 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS MANDADOS COM PRAZO DE CUMPRIMENTO EXTRAPOLADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA? (x) Sim () Não Observação:		
6.18 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		
	Quantidade	Carga Mais Antiga
Ministério Público	85	26/06/2018
Procuradores	09	17/07/2018
Defensoria Pública	12	11/09/2018
Advogado particular	02	14/06/2018
Delegacia de Polícia	16	13/08/2018
Perito	0	-
Unaj	0	-
Outros	25	16/11/2017
Total	149	-
6.19 A SECRETARIA CONTROLA E COBRA OS PROCESSOS EM CARGA		

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



<p>COM PRAZO EXTRAPOLADO?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>7. AUDIÊNCIA</p>
<p>7.1 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS NO SISTEMA?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>7.2 DATA DA ÚLTIMA AUDIÊNCIA PAUTADA? 11/12/2018</p>
<p>7.3 AS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS, EM REGRA, EM QUAIS DIAS DA SEMANA? Em regra, terça, quarta, quinta e sextas.</p>
<p>7.4 QUANTAS AUDIÊNCIAS SÃO REALIZADAS POR DIA, EM MÉDIA? 12 (doze)</p>
<p>7.5 OS MOTIVOS DA NÃO REALIZAÇÃO OU REMARCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS SÃO REGISTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>7.6 OS TERMOS DE AUDIÊNCIA SÃO FINALIZADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>7.7 OS DESPACHOS, AS DECISÕES E AS SENTENÇAS PROFERIDOS EM AUDIÊNCIA SÃO CADASTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Observação:</p>
<p>7.8 HÁ CONTROLE FÍSICO DA PÁUTA DE AUDIÊNCIA (ESPECIFICAR)?</p> <p>(x) Sim () Não</p>



368
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação: através de uma planilha no programa excel acessível a todos os servidores da unidade.

8. ACERVO PROCESSUAL (efetuar contagem física dos processos em Gabinete e Secretaria, conforme a classificação abaixo)

8.1 CÍVEIS (EXCETO LEI 9.099/1995, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS)	QUANTIDADE
Meta 1 (ano anterior ao da correição) Distribuído no ano de 2017 e não foi sentenciado.	-
Meta 2	01
Meta 4	-
Meta 6	-
Ações civis públicas, exceto improbidade administrativa	-
Execução fiscal	-
Demais processos cíveis (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei 9.099/1995, infância e juventude e cartas precatórias)	-
Reclamação (Lei nº 9.099/1995)	27
8.2 CRIMINAIS (EXCETO LEI 9.099/1995 E CARTAS PRECATÓRIAS)	QUANTIDADE
Meta 1	12
Meta 2	-
Meta 4	-
Tribunal do Júri	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Violência doméstica e familiar	-
Execução penal	-
Demais processos criminais (excluídos os anteriores, bem como feitos da Lei 9.099/1995 e cartas precatórias)	-
Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO'S)	154
8.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE	QUANTIDADE
Ato infracional	-
Situação de risco (art. 98 da Lei 8.069/1990, exceto ato infracional)	-
Guarda	-
Tutela	-
Adoção	-
Execução de medidas socioeducativas	-
8.4 CARTAS PRECATÓRIAS (EXCETO PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS)	QUANTIDADE
Precatórias cíveis	-
Precatórias criminais	12
Precatórias infância e juventude	-
8.5 TOTAL DA CONTAGEM FÍSICA	206 + 149 (tramitação externa) = 355
8.6 TOTAL DO ACERVO NO LIBRA	Acervo total: 355 Acervo ativo: 324
8.7 TOTAL DO ACERVO NO PROJUDI	0
8.8 TOTAL DO ACERVO NO PJE	380
9. METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	



369

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

9.1 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 1 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Ano	Ações distribuídas	Ações julgadas
2015	509	263 (META NÃO CUMPRIDA)
2016	616	743 (META CUMPRIDA)
2017	451	705 (META CUMPRIDA)
9.2 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 2 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Acervo da meta: 33		
Alvo: 30		
Sentenças: 32		
Grau de cumprimento da meta: 107,64%		
<u>META CUMPRIDA</u>		
9.3 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 4 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Prejudicado		
9.4 CUMPRIMENTO DA META 5		
Prejudicado		
9.5 PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META 6 (DADOS DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DO TJPA)		
Prejudicado		
10. BANCO DE DADOS DO CNJ		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Banco de dados	Sim	Não
Sistema Nacional de Bens Apreendidos	x	
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa	-	-
Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas	-	-
Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	-	-
Cadastro de Adolescente em Conflito com a Lei	-	-
Cadastro Nacional de Adoção	-	-
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas	-	-
Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	-	-
Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução 137 do CNJ)/Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (em implantação)	-	-
Sistac	x	
Infoseg		x
Infojud	x	
Bacenuj	x	
Renaju	x	

11. INFÂNCIA E JUVENTUDE

11.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS APÓS SENTENÇA:	Prejudicado
11.2 HÁ AVALIAÇÃO SEMENTRAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM EXECUÇÃO?	Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE (ESPECIFICAR SE HÁ INTERNAÇÃO POR MAIS DE 45 DIAS)	Prejudicado
11.4 HÁ PEDIDOS DE DECRETÇÃO OU REVOGAÇÃO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA PENDENTES DE ANÁLISE?	Prejudicado Observação: () Sim (x) Não
11.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO:	Prejudicado
11.6 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA (INDICAR SE HÁ EQUIPE INTERDISCIPLINAR ADEQUADA)?	Prejudicado Observação: () Sim () Não
11.7 AS CÓPIAS DAS GUIAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA OU DE EXECUÇÃO SÃO ENCAMINHADAS AO ÓRGÃO GESTOR DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, DEVIDAMENTE INSTRUIDAS?	Prejudicado
11.8 HÁ UNIDADE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, BEM COMO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE NA COMARCA? COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO A ESSAS UNIDADES?	Prejudicado

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



370



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Prejudicado

12. TRIBUNAL DO JÚRI

12.1 QUANTIDADE DE JÚRIS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 24 MESES

Prejudicado

**12.2 QUANTIDADES DE JÚRIS REMARCADOS OU ADIADOS
(ESPECIFICAR MOTIVOS)**

Prejudicado

13. PRESOS PROVISÓRIOS

13.1 QUANTIDADE DE PRESOS PROVISÓRIOS

Prejudicado

13.2 A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS COM PRESOS PROVISÓRIOS ESTÁ REGULAR?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

13.3 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 87/2009-CNJ?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14 EXECUÇÃO PENAL

14.1 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO À COMARCA (INFORMAR SE A UNIDADE PRISIONAL ESTÁ INTERDITADA E COM QUE FREQUENCIA É REALIZADA INSPEÇÃO)?

Sim Não

Observações:

Prejudicado



37/8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

14.2 A COMARCA É POLO DE EXECUÇÃO PENAL (EM CASO POSITIVO, ESPECIFICAR QUAIS COMARCAS ABRANGE; EM CASO NEGATIVO, INDICAR A QUAL COMARCA POLO A UNIDADE ESTÁ VINCULADA)?

Sim Não

Observações:

Prejudicado

14.3 HÁ PROCESSOS SENTENCIADOS SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO SENTENCIANTE?

Sim Não

Observações:

Prejudicado

14.4 AS GUIAS DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO (DEFINITIVAS OU PROVISÓRIAS) SÃO CERTIFICADAS NOS AUTOS E ENCAMINHADAS AO EXECUTADO, AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL E À UNIDADE DE CUSTÓDIA, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.5 O CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE PENA, HOMOLOGADO POR DECISÃO JUDICIAL, É ENCAMINHADO À UNIDADE EM QUE O RÉU SE ENCONTRA CUSTODIADO/INTERNADO?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.6 HÁ PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.7 O ATESTADO DE PENA A CUMPRIR É EXPEDIDO ANUALMENTE?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.8 HÁ CONTROLE INDIVIDUALIZADO DE PRAZO PARA BENEFÍCIO PENAL (INDICAR SE HÁ PEDIDO DE BENEFÍCIO PENDENTE DE APRECIÇÃO)?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.9 A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, TRANSITADA EM JULGADO, É COMUNICADA À JUSTIÇA ELEITORAL?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.10 OS PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL ESTÃO ORGANIZADOS?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.11 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

14.12 A UNIDADE UTILIZA O SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO PENAL - SEUU?

Sim Não

Observação:

Prejudicado

15 PRECATÓRIAS

15.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E AINDA



379

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

NÃO DEVOLVIDAS PELO JUÍZO DEPRECADO: 13

15.2 HÁ CONTROLE DE PRAZO E COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS PRECATÓRIAS PELO JUÍZO DEPRECADO?

Sim Não

Observação: Sim, o controle é realizado através de uma planilha no *excel*.

16. ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS (RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI, 04/2014-CJCI E 03/2017-CJCI)

16.1 AS ARMAS E OS DEMAIS BENS APREENDIDOS ESTÃO REGISTRADOS NOS AUTOS E CADASTRADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO PROCESSUAL DO TJPA?

Sim Não

Observação:

18.2 HÁ LOCAL ADEQUADO PARA A GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

Sim Não

Observação: os bens apreendidos ficam acondicionados no depósito do Fórum.

18.3 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS

Bem	Processo	Partes
-----	----------	--------

Relatório em anexo

18.4 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS (ESPECIFICAR SE FOI SOLICITADO O RECOLHIMENTO)?

Sim Não

Observação:

18.5 O DISPOSTO NO ART. 7º DO PROVIMENTO Nº 03/2017-CJCI É CUMPRIDO?

Sim Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observação: falta ajustarmos a sua correta aplicação no prazo (norma fala em 90 dias para magistrado dar destinação ao bem apreendido).

19. DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL?

Sim Não

Observação:

19.2 O SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ É UTILIZADO?

Sim Não

Observação: juntamente com sistema de depósitos do CNJ

19.3 HÁ PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Observação:

20. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

20.1 PROMOTOR DE JUSTIÇA

Nome: Carlos Lamarek Magno Barbosa

Início da atuação: desde 09/01/2017

Nome: Aline Neiva Alves da Silva

Início da atuação: desde 25/06/2018

Nome: Andressa Erica Avila Pinheiro

Início da atuação: desde 01/07/2018

20.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA?

Sim Não

Observação:

20.3 DEFENSOR PÚBLICO



373
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: Mauricio Pereira dos Santos

Início da atuação: há cerca de 10 (dez) anos.

Nome: Liane Benchimol Albano

Início da atuação: desde 06/2018

Nome: Úrsula Mascarenhas

Início da atuação: 10/2014

Nome: Diogo Marcell Eluan

Início da atuação: desde/2014

20.4 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA?

Sim Não

Observação: Cumulam com as comarcas de Ipixuna, Ulianópolis, Dom Eliseu, Mãe do Rio, São Miguel, Santa Maria, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Aurora e Irituia.

21. INFRAESTRUTURA

21.1 QUALIDADE DO ACESSO À INTERNET (MENCIONAR A QUANTIDADE E A SUFICIÊNCIA DE PONTOS DE REDE)

Bom Regular Ruim

Observação: Há 06 (seis) pontos de rede na unidade, sendo 03 (três) na secretaria, 02 (dois) no gabinete e 01 (um) na sala de conciliação. Frequentemente, o sinal da internet cai, circunstância que impede o acesso aos sistemas de gestão processual.

21.2 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DISPONÍVEIS:

Secretaria

Computador: 07

Impressora: 02

Scanner: 03, mas 01 está com defeito

Leitor óptico: 05, sendo que 02 estão com defeito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Gabinete

Computador: 03

Impressora: 01

Scanner: 01

Leitor óptico: 01

Observação: Há necessidade do envio de 04 (quatro) leitores para unidade, sendo 03 (três) para a secretaria e 01 (um) para o gabinete, além 02 (dois) scanner para a secretaria.

22. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

22.1 QUAL O RAMAL DO TELEFONE DA VARA (INFORMAR SE ESTÁ FUNCIONANDO)?

Secretaria: (91) 3729- 9717

Gabinete: (91) 3729- 9720

Obs: Ambos estão em funcionamento.

22.2 QUAL O E-MAIL DA VARA E O RESPONSÁVEL PELA SUA VERIFICAÇÃO (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)?

juizadocivelcriminal@tjpa.jus.br. É verificado diariamente pelo Diretor de Secretaria, Fábio Baia, e pelo servidor Adones Andrade.

22.3 QUEM É O RESPONSÁVEL PELO MALOTE DIGITAL (INFORMAR A FREQUÊNCIA DE ACESSO)? É verificado diariamente pelo Diretor de Secretaria, Fábio Baia, e pelo servidor Adones Andrade.

23. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA

Ressaltamos que, além de termos processos físicos e sistema Libra, por hora, somos a única Vara desta Comarca que utiliza o sistema PJE. O sistema apresenta muitas quedas e inconsistências que prejudicam as atividades e, por consequência, o jurisdicionado.



374/0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Informo que temos um grande volume de atendimento de pessoas sem advogado(JUS POSTULANDI) tanto para ingressarem com as iniciais, quanto para as demais petições intermediárias no decorrer dos processos. Já tivemos um acervo de aproximadamente 1.200 processos, os quais foram sendo legalmente exterminados, principalmente com o grande número de acordos/transações/sentenças/audiências realizadas por esta Vara. Necessitamos de uma obra de acessibilidade para que pessoas com dificuldade de locomoção não precisem passar por uma pequena escada que fica no caminho para esta vara.

24. CONSIDERAÇÕES DO(A) JUIZ(A):

Quando assumi esta Vara em maio de 2017, o acervo flutuava em torno de 1.200 processos. Havia, no gabinete, 887 processos conclusos. A pauta disponível para audiência estava para 08 meses após a propositura da inicial e havia pedidos de tutela de urgência com muitos dias aguardando decisão. Envidamos esforços com objetivo de apreciar todos os feitos em gabinete e aumentamos consideravelmente o número de audiências, que hoje, gira em torno de 53 por semana. A partir de então, as audiências tem sido marcadas em menos de 60(sessenta) dias da data da propositura, o acervo processual se mantém em número adequado, com metas do CNJ alcançadas e taxa de congestionamento em nível desejado e as tutelas de urgência são apreciadas em até 24 horas. Ressalto que, mesmo com o elevado número de entradas processuais mensais (em torno de 100 feitos), o trabalho do gabinete e da equipe em geral tem causado a diminuição do nosso acervo.

25. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SECRETARIA

A unidade se encontra organizada com processos acondicionados, em armários de madeira, mais especificamente em caixas identificadas.

São utilizados dois sistemas: Libra e PJE.

Os processos físicos tramitam internamente, por matéria (cível e criminal), e por fase processual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

A secretaria encontra-se organizada e os feitos possuem tramitação regular.

De acordo com o Sistema Libra, havia 355 (trezentos e cinquenta e cinco) processos físicos do acervo, dos quais 149 (cento e quarenta e nove) de tramitação externa, com acervo ativo de 324 (trezentos e vinte e quatro) feitos. Havia também 380 (trezentos e oitenta) processos tramitando pelo PJE.

Havia 154 (cento e cinquenta e quatro) TCOs (Termos Circunstanciados de Ocorrência).

A unidade não efetua o controle do prazo prescricional nos moldes previstos na Resolução nº 112 do CNJ e no Provimento Conjunto nº 14/2017 – CJRMB/CJCI, entretanto, os feitos são da unidade são manuseados a cada 02 (duas) semanas.

Não há processos pendentes de cumprimento de despacho/judicial na unidade.

Os processos físicos estão identificados com tarjas coloridas fixadas na lateral dos autos nas seguintes cores:

- Laranja: meta 02;
- Preta: feitos sentenciados;
- Amarelo: idosos, deficientes físicos e outras prioridades;
- Verde: cartas precatórias físicas.

No momento da correição, existiam 16 (dezesseis) petições intermediárias pendentes de juntada, sendo a mais antiga datada de 16/11/2017.

Os servidores da unidade relataram a necessidade de realização de curso de PJE e de gestão de secretaria.

Havia 06 (seis) processos finalizados, pendentes de baixa/arquivamento na unidade, mas tal circunstância decorre do fato de existirem bens vinculados aos referidos autos, que ainda não foram localizados.

Ressalte-se que os feitos que se encontram nessa condição são originários da Vara Criminal, unidade judicial que os recebeu, catalogou e guardou no setor de depósito, no entanto, o Diretor de Secretaria tem envidado esforços no sentido de localizar tais objetos, mas ainda não obteve êxito, em razão das condições físicas em que se encontra o depósito.



375

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

A unidade cumpriu a meta 1 do CNJ nos anos de 2016 e 2017, não tendo sido cumprida em 2015.

Com relação à Meta 2 do CNJ, a unidade alcançou grau de cumprimento no percentual de 107,64%, restando cumprida a Meta.

Durante a correição, observou-se a necessidade do envio de 04 (quatro) leitores ópticos para a unidade, sendo 03 (três) para a secretaria e 01 (um) para o gabinete, além 02 (dois) scanners para a secretaria.

A publicação da resenha é feita diariamente e a unidade cumpre o manual de rotinas.

Não há processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

A data mais antiga de mandados com carga em aberto para oficiais de Justiça era 24/10/2017. A Secretaria controla o prazo e cobra os mandados pendentes de devolução.

Havia 25 (vinte e cinco) processos retirados com carga para outros, desde 16/11/2017. Com o MP, havia 85 (oitenta e cinco) desde 26/06/2018, 09 (nove) com Procuradores desde 17/07/2018, 12 (doze) com a Defensoria Pública, desde 11/09/2018, 02 (dois) com advogado particular, desde 14/06/2018 e 16 (dezesseis) com a Delegacia de Polícia, desde 13/08/2018.

A Secretaria controla o prazo e cobra os processos com carga em aberto fora do prazo.

Havia 16 (dezesseis) petições intermediárias pendentes de juntada e conclusão, a mais antiga datada de 08/05/2018 (processo nº 0001930-47.2015.8.14.0039, enviado à Turma Recursal, em 16/11/2017).

De acordo com relatório do Libra (em anexo), existiam 53 (cinquenta e três) processos sentenciados e não arquivados.

GABINETE

No gabinete, os processos se encontram acondicionados em armários e tramitam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

internamente, por fase processual, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo novo CPC.

No momento da correição, existiam 41 (quarenta e uma) petições intermediárias pendentes de despacho/decisão, sendo 23 (vinte e três) do PJE e 18 (dezoito) do Libra, sendo a mais antiga datada de 25/07/2018.

Havia também 11 (onze) feitos conclusos para a sentença, sendo 07 (sete) do PJE e 04 (quatro) do Libra, sendo o mais antigo datado de 10/08/2018.

Verificou-se que o Magistrado titular da unidade observa os prazos legais para a prática de despachos, sentenças e decisões e que não há feitos conclusos há mais de 100 (cem) dias em gabinete. Havia 30 (trinta) processos do PJE conclusos e 22 (vinte e dois) do Libra, o mais antigo datado de 25/07/2018.

As audiências são realizadas, em regra, de terça a sexta, em média 12 (doze), por dia. A data da última audiência designada estava marcada para o dia 11/12/2018.

Os motivos da não realização/remarcação de audiências são cadastrados no Sistema.

RECOMENDAÇÕES AO SECRETÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL:

1 – Localizar os bens apreendidos vinculados a processos, para a adequada destinação, nos termos do Provimento nº 03/2017-CJCI, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

2 – Promover a baixa/arquivamento dos processos sentenciados, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

3 – Cobrar do Oficial de Justiça o mandado com carga em aberto desde 24/10/2017, informando à CJCI, o cumprimento da diligência e adotar ferramenta de controle de prazos, no Sistema, a cada 30 (trinta) dias, para cobrança de devolução de mandados com carga em aberto fora do prazo;

4 – Cobrar a devolução dos processos com vistas, desde 16/11/2017, e efetuar cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias de processos com carga fora do prazo;

376


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

5 – Realizar o controle do prazo prescricional nos processos do Juizado que envolvem matéria criminal, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a diligência a ser cumprida pelo Diretor de Secretaria, no que se refere à baixa/arquivamento de processos sentenciados.
- 2 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a diligência a ser cumprida pelo Diretor de Secretaria, no que se refere ao levantamento dos bens apreendidos, vinculados a processos, para ser promovida a adequada destinação, nos termos do Provimento nº 03/2017-CJCI, informando à CJCI, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada.

PROVIDÊNCIAS CJCI:

- 1 – Solicitar à Direção Geral da ESM e à Secretaria de Gestão de Pessoas a realização de cursos de gestão;
- 2 – Informar ao Magistrado e ao Diretor de Secretaria que se encontra disponível inscrição no site do TJPA para treinamento sobre o Sistema PJE;
- 3 – Solicitar para a unidade 04 (quatro) leitores ópticos, sendo 03 (três) para a secretaria e 01 (um) para o gabinete, além de 02 (dois) scanners para a secretaria.

Paragominas, 14 de setembro de 2018.

Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



Dra Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da CJCI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR


Aurélio Carlos Monteiro Coutinho
Assessor Jurídico da CJCI


Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Assessor Jurídico da CJCI


Jaime Dias Lima
Assessor Jurídico da CJCI


Thaiza Martins P. Suano de Farias
Assessora Jurídica da CJCI